



Consumo nos Lares Brasileiros cresce 4,24% de junho para julho

Zanin vota contra marco temporal e desempata julgamento

Página 6

Veto a dispositivo do arcabouço facilitará acordos sobre precatórios

Página 3

Capital segue com vacinação contra a gripe por tempo indeterminado

A Prefeitura de São Paulo, por meio da Secretaria Municipal da Saúde (SMS), mantém a vacinação contra influenza, vírus causador da gripe, por tempo indeterminado na capital.

A campanha de vacinação neste ano teve início em 10 abril e foi ampliada para toda a população acima de seis meses de idade em 15 de maio, sendo prorrogada por tempo indeterminado desde o dia 30 do mesmo mês. Até o dia 24 deste mês foram aplicadas 3.604.986 doses do imunizante e a cobertura vacinal entre os grupos prioritários está em 50%.

“Essa vacina é importante, principalmente, entre os grupos mais vulneráveis, como idosos e crianças. Acima dos seis meses, todos podem se vacinar e pedimos à população que procurem nossas unidades”, diz o secretário municipal da Saúde, Luiz Carlos Zamarco.

A vacinação contra influenza está disponível de segunda a sexta-feira em todas as Unidades Básicas de Saúde (UBSs) e Assistências Médicas Ambulatoriais (AMAs)/UBSs Integradas, das 7h às 19h, e aos sábados e feriados nas AMAs/UBSs Integradas, no mesmo horário. A população pode encontrar a unidade mais próxima de sua residência por meio da plataforma Busca Saúde.

Além disso, a Secretaria Municipal de Saúde realiza, desde 17 de julho, a vacinação contra influenza e Covid-19 em estações do Metrô, da Companhia Paulista de Trens Metropolitanos (CPTM) e terminais de ônibus. Essa ação extramuro se encerrou na quinta-feira (31) e, até quarta-feira, (30), aplicou 158.719 doses de vacinas, sendo 75.811 contra Covid-19 e 82.908 contra influenza.

DÓLAR	
Comercial	
Compra:	4,95
Venda:	4,95
Turismo	
Compra:	5,06
Venda:	5,15
EURO	
Compra:	5,36
Venda:	5,36

Orçamento de 2024 prevê salário mínimo de R\$ 1.421



Foto/Marcello Casal Jr. ABR Arquivo

Página 6

MME pede que Eletrobras suspenda Plano de Demissão Voluntária

Página 6

Capital Paulista tem inscrições gratuitas para curso de capacitação paralímpico

Página 2

Desoneração da folha deve beneficiar trabalhadores, defende Lula

Página 4

Esporte

Dono de recorde, Granado mira bom resultado na Catalunha na MotoE

Eric Granado disputará nos próximos dois finais de semana as últimas etapas do Mundial de MotoE em 2023. A primeira parada é no GP da Catalunha, na Espanha. Lá o brasileiro tem dois fatores contando a seu favor. O primeiro deles é o fato de ele ser o detentor dos dois recordes da pista, tanto o oficial – obtido com sua pole position para a corrida da MotoE em 2021 – quanto o extraoficial, nos testes de pré-temporada de 2023.

O piloto também conta com outra motivação nesta prova, já que há anos reside na cidade cosmopolita de Barcelona, bem próxima ao circuito, que se localiza na região de Montmeló.

Nesse contexto, e considerando o fato de ter ido ao pódio em quatro das últimas três corridas, o recordista de vitórias da MotoE chega otimista para o início da parte final do ano. “Barcelona é uma pista bastante fluida e desafiadora”, iniciou Granado, que corre neste final de semana na Catalunha e, no próximo, em Misano, Itália, para o GP de San Marino. “Além disso é quase como uma corrida de casa para mim hoje em dia, por morar aqui e ter desenvolvido um laço pessoal com a cidade.”

A 62 pontos do líder do Mundial, Granado ainda não está fora da luta pelo título, que tem 100 pontos ainda em jogo. No entanto, o brasileiro não se vê pressionado por ainda ter chances de



Foto/LCR Eric: “Barcelona é uma pista bastante fluida e desafiadora”

ser campeão.

Velocidade - “A temporada não aconteceu como gostaríamos, mas estamos empenhados em terminar o ano da melhor

maneira possível. Vamos atrás do melhor que pudermos, e não precisamos ser tão cautelosos quanto os pilotos que estão na frente na tabela”, revelou o bra-

sileiro da LCR E-Team.

“A nosso favor, temos a velocidade que mostramos nessa pista desde 2021. Naquele ano, marquei a pole, porém tive um problema na moto ainda antes da prova, que acabou com minhas chances. Mas nesse ano fiz um bom teste nessa pista antes da temporada, no qual terminei líder. Então, as expectativas para este final de semana são as melhores.”

Eric Granado compete no Mundial de MotoE com apoio de Suhai Seguradora, Alpinstars, Shark Helmets, Oakley, Pneustore, Frota Assessoria Empresarial, Instituto Marazul, Camargo Alfaiataria, HoloStore, Zero Racing Design, EG51 Store e Edge Lifesports.

Gabriel Bortoleto está a um passo do título da F-3 FIA

O Brasil está muito perto de conhecer o seu primeiro campeão da Fórmula-3 FIA. O piloto paulista Gabriel Bortoleto, de apenas 18 anos, é o líder da classificação do Campeonato desde a primeira etapa e, com 144 pontos conquistados – 38 a mais que o segundo colocado – tem uma gama de possibilidades matemáticas para se tornar campeão. Dentre elas, a conquista da pole-position na tomada de tempos, a ser disputada nesta sexta-feira (1º), já lhe renderia o título antes mesmo das corridas.

A décima e última etapa do Campeonato da F-3 FIA foi carinhosamente agendada para ser disputada no tradicional Autódromo Internazionale de Monza, na Itália. A pista, uma das mais tradicionais do automobilismo mundial, já viveu grandes histórias do esporte e poderá registrar nesse fim de semana mais um importante capítulo de sua história. A programação oficial será iniciada na sexta-feira (1º de setembro) com o treino livre e a tomada de tempos. No sábado será disputada a Sprint Race (Corrida Curta) e, no domingo,

a Feature Race (Corrida Principal).

A temporada de Bortoleto foi marcada, desde a primeira etapa, disputada em março, na Austrália, pela permanência na liderança da tabela. Desde aquela ocasião, quando venceu a etapa, Gabriel mostrou extrema maturidade para, a cada fim de semana de competição, ampliar a sua diferença de pontos para seus concorrentes chegando, no último fim de semana do ano, com 38 pontos à frente do segundo colocado.

Para que Gabriel não seja o campeão o segundo colocado

na classificação – Paul Aaron precisa fazer todos os pontos disponíveis no fim de semana que significa fazer a pole-position, vencer as duas corridas e, também, fazer a volta mais rápida em ambas as provas. Ah, sem contar que Bortoleto não poderia, nessa hipótese, somar mais nenhum ponto.

A pista do Autódromo de Monza é a mais veloz da temporada e Bortoleto tem para si como uma de suas preferidas. “Todo piloto gosta acelerar sempre o máximo possível. A pista de Monza é sem dúvida uma das minhas preferidas. Ela é a mais

veloz do calendário e para mim tem um gosto ainda melhor, pois moro em Milão, a exatamente 30 minutos do circuito. Estou encarando esse fim de semana exatamente como todos os outros do ano. Me preparei muito fisicamente no último mês e, também, no simulador. Tive várias reuniões com o time de engenharia da Trident e vou para a pista com o mesmo objetivo de sempre – dar o meu melhor desde a hora que entrar na pista. Estou pronto e preparado para tudo o que acontecer”, comentou o piloto de 18 anos.

Bairro da Liberdade pode ter vias abertas para pedestres

A Prefeitura, por meio da Secretaria Municipal de Urbanismo e Licenciamento (SMUL), apresentou durante Audiência Pública do Projeto Ruas Abertas Liberdade, na quarta-feira (30). Trata-se de uma nova proposta para a abertura de vias exclusivas a pedestres aos domingos e feriados no famoso bairro na região central da cidade. Em virtude das solicitações dos munícipes, a Prefeitura alterou de cinco para quatro as ruas participantes do projeto e também o horário de funcionamento.

A proposta é que as ruas da Liberdade sejam abertas exclusivamente para pedestres. De acordo com a nova versão, se-

rão 4 vias contempladas: Rua dos Estudantes, Rua dos Aflitos, Rua Américo de Campos (trecho entre a Rua Galvão Bueno e a Avenida da Liberdade) e Rua Galvão Bueno (com acesso ao hospital para carros no trecho entre a Rua Américo de Campos e a Rua Barão de Iguape). Foi excluída a Rua Thomaz Gonzaga, com o objetivo de dar maior fluidez ao trânsito e facilitar acesso a estacionamentos aos visitantes.

O horário de abertura das ruas para pedestres também foi reduzido e passou de 9h para 20h. Na proposta anterior, o fechamento da circulação de veículos era das 9h às 22h. O projeto Ruas Abertas Liberdade é concebido no âmbito do

Programa Ruas Abertas (Decretos 57.086/2016 e 58.425/2018). A operação deverá ser realizada pela Subprefeitura da Sé e Companhia de Engenharia de Tráfego (CET).

Na audiência desta quarta-feira (30), a SMUL apresentou as mudanças no projeto, resultado das contribuições recebidas na primeira Audiência Pública realizada em julho e na consulta pública aberta à população no Participe+ que colheu contribuições da população.

Participaram da audiência o secretário municipal da Casa Civil, Fabrício Cobra, o secretário adjunto de Urbanismo e

Licenciamento, José Armênio Brito, o diretor da Adesampa, Carlos Alberto Santos, além de representantes da Secretaria de Esportes, da Subprefeitura Sé, da Companhia de Engenharia de Tráfego (CET) e da Polícia Militar.

A SMUL sistematizará as novas contribuições recebidas. Para aprimorar o projeto, uma equipe da secretaria realizará uma visita à feira de artesãos da Liberdade em data a ser definida antes da finalização do projeto.

Em julho, período da Consulta Pública no Participe+, foram recebidas 2.610 respostas relacionadas às perguntas de múltipla escolha, e 1.589 respostas às perguntas discursivas, totalizando 4.199 contribuições.

O processo participativo também constatou que a avaliação média de insatisfação em relação à situação atual é de 91,58%. Já a aprovação média da abertura das ruas a pedestres aos domingos e feriados é de 88,35%.

Entenda o projeto

O projeto urbano funcional para uma área de aproximada-

mente 14.500 m² foi concluído em abril desse ano pela SMUL. Para a definição das ruas, a secretaria desenvolveu uma pesquisa para entender os horários de pico de uso de pedestres, a vocação de cada trecho das vias, os desafios para implementação e os projetos específicos para cada local.

O trajeto é reconhecido como memória de diversos grupos étnicos que tiveram importância na construção da cidade. Além disso, nas últimas décadas, ele abriga grande influência da cultura oriental, constituindo atrativos turístico e comercial para a região.

Participação Social

Entre 21 de junho a 30 de

Capital Paulista tem inscrições gratuitas para curso de capacitação paralímpico

O Governo de São Paulo, por meio das Secretarias de Estado de Esportes e dos Direitos da Pessoa com Deficiência, vai capacitar gratuitamente professores de educação física das redes pública e privada, alunos de graduação do último ano de educação física e educadores que trabalham com práticas esportivas, por meio do Programa de Desenvolvimento Paralímpico.

As aulas são presenciais e serão ministradas no Complexo Baby Barioni, na Água

Branca. As vagas são limitadas e podem ser feitas pelo site do programa.

O programa fomenta o esporte paralímpico e oferece capacitação técnica, com conhecimento teórico e prático do esporte paralímpico nas modalidades de atletismo, futebol de 5, goalball, tênis de mesa, natação, bocha, ciclismo e vôlei sentado. As modalidades incluem atletas com deficiências motoras, amputados, cegos e pessoas que sofreram

paralisia cerebral.

Desde que foi lançado, em 2021, foram capacitados mais de 5,5 mil participantes em 62 etapas realizadas no Estado de São Paulo.

A população com deficiência no Brasil foi estimada em 18,6 milhões de pessoas de 2 anos ou mais, o que corresponde a 8,9% da população dessa faixa etária, segundo a Amostra de Domicílios (PNAD): Pessoas com Deficiência 2022.

De acordo com o levanta-

mento do Comitê Paralímpico Brasileiro (CPB), há mais de mil associações que trabalham o esporte em todas as regiões brasileiras.

A inclusão de pessoas com deficiência na sociedade por meio do esporte reitera o caráter democrático da prática, aumenta a visibilidade e a potencialidade dos atletas e o conhecimento e a consciência da população como um todo sobre a importância do incentivo e da promoção da prática esportiva.

SP apresenta sistema inédito no Estado para busca de pessoas desaparecidas

Para superar as dificuldades que atravessam há décadas os trabalhos realizados por órgãos e entidades na busca de pessoas desaparecidas e no apoio de familiares, a Secretaria da Segurança Pública de São Paulo (SSP) anunciou a criação do Sistema de Informações e Prevenção do Desaparecimento de Pessoas.

Em cumprimento a uma lei estadual de 2014 e a uma lei federal de 2019, a ferramenta que já conta com dados reunidos pela Polícia Civil por meio dos registros de Boletins de Ocorrências de desaparecimentos está sendo ampliada para agregar e cruzar informações com registros da saúde, cartórios, serviços públicos como Detran e diversos outros bancos que auxiliem nessa identificação.

A medida busca ajudar na luta de pessoas como Vera Ranu, que há trinta anos vive a angústia da procura pela filha, desaparecida no início dos 1990, quando tinha apenas 13 anos. Desde então, já foram

diversas tentativas de idas a delegacias, hospitais e outros órgãos em busca de apoio.

Ela classifica que nesse tempo a dificuldade em obter informações foi o principal entrave. "Falta um cadastro de pessoas desaparecidas mais efetivo, porque parece que os órgãos públicos não conversam. Isso dificulta até hoje a busca", contou.

Vera fundou o Movimento Mães em Luta para ajudar outros familiares que buscam por informações de pessoas desaparecidas. A entidade conta com 5 mil famílias cadastradas.

Apesar dos desaparecimentos e localizações serem registrados em boletins de ocorrência e investigados por meio de Procedimentos Específicos, o Estado de São Paulo, assim como ocorre no âmbito federal, não possui um protocolo de registros que possibilite a formação de um cadastro de desaparecidos.

O Major Rodrigo Vilardi, da Coordenadoria de Políticas em Segurança Pública, afirma que a

ferramenta possibilita a primeira estruturação de ocorrências registradas em São Paulo e o cruzamento com outros sistemas de pesquisas, de modo a unificar todas as informações que são fundamentais para a atuação dos órgãos públicos.

O novo sistema foi apresentado nesta quarta-feira (30), durante uma reunião na sede da SSP com outros órgãos estaduais que atuam diretamente na unificação de informações e apoio na busca de pessoas desaparecidas.

A plataforma irá centralizar as buscas em um banco de dados único que poderá ser acessado por todos, assim a informação será compartilhada e automaticamente relacionada, auxiliando nos trabalhos de pesquisa. O sistema foi atualizado para refinar a busca com 17 técnicas diferentes para identificar uma pessoa desaparecida por meio do CPF, aglutinando outras informações fundamentais (como nome da mãe, pai, endereços,

etc) para formar uma base única.

Além disso, serão disponibilizados os números e resultados dos inquéritos policiais e demais procedimentos de investigação, bem como os dos processos criminais instaurados no âmbito do Poder Judiciário. A base de dados também contará com notícias de encontro de pessoas desaparecidas, óbitos e outras movimentações ou abordagens policiais, que contribuem na sua localização.

A Defensoria Pública do Estado, que funciona como uma das portas de entrada de familiares que buscam ajuda para localizar as pessoas desaparecidas também esteve presente no encontro. "A principal queixa durante os atendimentos é a falta de um banco centralizado que sistematize as informações", disse a defensora Renata Moura Gonçalves. "Isso facilita para que todos possam buscar por informações, permitindo um atendimento mais célere."

Inscrição para contratação de professores do ensino técnico vai até o domingo (3)

A Secretaria da Educação do Estado de São Paulo (Seduc) encerra domingo (3) as inscrições no processo seletivo simplificado para contratação temporária de professores para atuar no Itinerário Formativo de Ensino Técnico do Ensino Médio da rede estadual. As provas objetiva e discursiva acontecem em 15 de outubro.

O processo seletivo, que inclui uma avaliação de títulos (diplomas de formação e experiência profissional), destina-se à formação de cadastro, não havendo um número de vagas determinado. Cerca de 1.200 escolas em todas as 91 Diretorias de Ensino da rede estadual paulista terão turmas de ensino técnico em 2024.

"Espera-se do professor de educação profissional técnica de nível médio uma formação só-

lida na sua área de atuação e domínio dos conhecimentos pedagógicos e didáticos. Experiência profissional na área que ensina é um grande diferencial. Haverá demanda de contratação de profissionais de áreas tão diversas quanto administração, tecnologia da informação, agronegócio, saúde, hotelaria e logística", explica o secretário da Educação, Renato Feder.

Os selecionados vão ministrar aulas presenciais aos estudantes da educação profissional técnica de Ensino Médio da rede pública estadual de ensino, conforme sua habilitação de nível superior e os grupos correspondentes de formação para os quais a habilitação é aceita.

Os interessados em atuar como docente da educação profissional técnica devem atender a um dos requisitos:

- Ter licenciatura ou equivalente em cursos para formação pedagógica para graduados não licenciados, de acordo com legislação e normas vigentes à época da graduação;

- Ser graduado no componente curricular, portador de certificado de especialização lato sensu, com no mínimo 120h de conteúdos programáticos dedicados à formação pedagógica;

- Ser graduado no componente curricular ou na área do curso.

Na inscrição, o candidato deve escolher uma Diretoria de Ensino de sua preferência, entre as 91 de todo o estado.

O processo seletivo será realizado considerando-se seis eixos de prova: Gestão e Negócios; Ambiente e Saúde; Desenvolvimento Educacional e Social; Turismo, Hospitalidade e La-

zer; Informação e Comunicação e Recursos Naturais.

Os professores serão contratados para dar aulas em 10 cursos técnicos diferentes: administração, agronegócio, ciência de dados, desenvolvimento de sistemas, apoio pedagógico na educação básica, enfermagem, farmácia, hospedagem, logística e vendas.

A remuneração dos professores selecionados será de R\$ 5,3 mil para jornada de 40 horas semanais e de R\$ 3,3 mil para jornada de 25 horas semanais. Excepcionalmente, professores poderão ser contratados para carga horária menor.

Na inscrição, os candidatos devem optar por uma das 77 cidades onde as provas serão aplicadas e escolher uma das Diretorias de Ensino em que deseja atuar. A taxa de inscrição é de R\$ 50,90.

CESAR NETO

www.cesarneto.com

CÂMARA (São Paulo)
Nestes 113 anos de fundação do Corinthians, lembramos que nos anos 1980 o jogador Zé Maria jogou no time dos vereadores. No final dos 1980 e começo dos 1990 foi a vez do meio-campo Biro-Biro

PREFEITURA (São Paulo)
Digamos que o delegado Nico venha a ser candidato à vice-prefeito na chapa por reeleição do Ricardo Nunes (MDB). Em nome da amizade, o comunicador Datena vai parar de bater no prefeito ?

ASSEMBLEIA (São Paulo)
Deputado Conte Lopes (ex-PP, no PL) apoia o Secretário Derrite (Segurança Pública), caso o delegado Nico seja filiado ao PL, pra disputar como vice (2024) na chapa do prefeito Ricardo Nunes (MDB)

GOVERNO (São Paulo)
Governador Tarcísio (Republicanos) segue apostando que o delegado Nico vire vice na chapa por reeleição do prefeito Ricardo Nunes (MDB) em 2024. No PDT, o Datena não tá gostando

CONGRESSO
Um veterano comentarista político resumiu assim a CPMI (8 janeiro 2023), que teve ontem a presença do general Gonçalves Dias. "Ele leu até sobre ele próprio. Falou, mas não disse" ...

(Brasil)
... Quanto as imagens que mostram o que rolou, o ministro (Justiça) Dino disse que não sabia que foram deletadas, porque assim foi o contrato. Tem quem aposte que outras vão aparecer

PRESIDÊNCIA (Brasil)
Presidente Lula precisava da resolução do seu PT, no sentido de poder dizer que não e ele que queria - desde já - ser candidato à reeleição em 2026. Agora pode dizer que é o PT quem quer

PARTIDOS
Resoluções - do diretório nacional do PT (Lulista), diz que Lula já é o mais velho presidente da História e - uma vez reeleito em 2026 - terá 85 anos em 2030. Na prática, querem que Lula ...

(Brasil)
... faça o que o FHC - dos tucanos - não fez (eleger e reeleger candidatos do PSDB) pra um governo de pelo menos 20 anos. A pergunta é : nunca vai deixar surgir nova liderança do seu PT ?

ANO 31
O jornalista Cesar Neto é editor da coluna [diária] de política - cesarneto.com - desde 1993 na imprensa (Brasil). Recebeu "Medalha Anchieta" da Câmara (São Paulo) e "Colar de Honra ao Mérito" da Assembleia (SP), por ter se tornado referência das liberdades possíveis

cesar@cesarneto.com

Jornal O DIA S. Paulo

Administração e Redação

Matriz:
Rua Carlos Comenale, 263
3º andar
CEP: 01332-030
Fone: 3258-1822
Filial: Curitiba / PR

Assinatura on-line
Mensal: R\$ 20,00
Agência Brasil - EBC

Publicidade Legal
Atas, Balanços e Convocações
Fone: 3258-1822

Periodicidade: Diária
Exemplar do dia: R\$ 3,50

Jornalista Responsável
Maria Augusta V. Ferreira
Mtb. 19.548

A opinião de nossos colaboradores não representa necessariamente nossa opinião

E-mail: contato@jornalodiasp.com.br
Site: www.jornalodiasp.com.br

Lembre sempre de lavar as mãos

Consumo nos Lares Brasileiros cresce 4,24% de junho para julho

O Consumo nos Lares Brasileiros, medido pela Associação Brasileira de Supermercados (Abrás), registrou alta de 4,24% em julho, na comparação com o mês anterior. Em relação a julho do ano passado, o aumento é de 3,37% e, no acumulado do ano, de 2,52%. Os resultados contemplam estabelecimentos nos formatos atacarejo, supermercado convencional, loja de vizinhança, hipermercado, minimercado e e-commerce. Todos os indicadores são deflacionados pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), medido pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Segundo o vice-presidente da Abrás, Marcio Milan, a queda expressiva nos preços dos alimentos para consumo no domicílio em julho sinalizou mais uma vez que as medidas de com-

bate à inflação precisam ser mantidas. "A busca por produtos de preços mais baixos reflete o comportamento de 54% dos brasileiros no momento de compor a cesta de abastecimento dos lares", analisou Milan.

De acordo com a Abrás, os preços dos hortifrutigranjeiros, das carnes, dos laticínios e dos alimentos industrializados devem ser elevados em função dos aumentos de preços dos combustíveis, principalmente o óleo diesel. "Além dos repasses imediatos pelos fornecedores, a reatuação dos combustíveis prevista para o início de setembro deve pressionar ainda mais o preço dos produtos no varejo. Com essa medida, o diesel passa a ter PIS/Cofins de R\$ 0,11 por litro em setembro e mais R\$ 0,03 por litro em outubro", diz a Abrás.

Os dados da associação in-

dicam que o valor da cesta de 35 produtos de largo consumo (alimentos, bebidas, carnes, produtos de limpeza, itens de higiene e beleza) em julho teve queda de 1,51% na comparação com junho. Em média, os preços da cesta baixaram de R\$ 741,23 para R\$ 730,06, menor valor registrado desde fevereiro de 2022 (R\$719,06). Na análise regional, a maior queda ocorreu na Região Sudeste (-1,58%), seguida do Sul (-1,13%), Nordeste (-1,13%), Norte (-1,05%) e Centro-Oeste (-1%). A principal contribuição para a queda partiu dos preços dos produtos lácteos, da proteína animal e a menor pressão das cestas de higiene e de limpeza.

Segundo o levantamento, as quedas na cesta de lácteos foram puxadas por leite longa vida (-1,86%), leite em pó (-0,48%), margarina cremosa (-0,13%),

queijos muçarela e prato (-0,20%). As carnes seguiram a tendência de queda registrada no primeiro semestre com recuos em cortes do dianteiro (-2,47%), cortes do traseiro (-2,44%), frango congelado (-2,27%) e pernil (-1,44%). Os ovos apresentaram estabilidade nos preços (0,01%) pela primeira vez em 2023.

Entre os itens básicos, a única alta foi puxada por açúcar refinado (+1,58%). A queda mais expressiva foi registrada no preço do feijão (-9,24%), seguido de óleo de soja (-4,77%), café torrado e moído (-1,58%), farinha de mandioca (-1,54%). Na cesta de higiene e beleza, as principais quedas foram registradas em xampu (-0,69%), sabonete (-0,11%) e papel higiênico (-0,03%). Em limpeza, o sabão em pó registrou queda de 0,80% nos preços. (Agência Brasil)

Orçamento de 2024 prevê salário mínimo de R\$ 1.421

A nova regra de correção fez o governo elevar a previsão para o salário mínimo no próximo ano. O projeto da Lei Orçamentária de 2024, que será enviado ao Congresso, prevê o mínimo de R\$ 1.421, R\$ 32 mais alto que o valor de R\$ 1.389 proposto na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO).

O valor, confirmado pela ministra do Planejamento, Simone Tebet, representa aumento real (acima da inflação) de 7,7% em relação a 2023. A alta obedece ao retorno da regra de correção automática do salário mínimo, sancionada nesta semana pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que havia sido extinta em 2019.

Essa regra estabelece que o salário mínimo subirá o equivalente ao Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) acumulado em 12 meses até novembro do ano anterior mais o crescimento do

Produto Interno Bruto (PIB, soma das riquezas produzidas no país) de dois anos antes. Para 2024, a correção considerou o PIB de 2022, que cresceu 2,9%.

O valor final do salário mínimo em 2024 pode ficar ainda maior, caso o INPC até novembro suba mais que o esperado até novembro. Com base na inflação acumulada entre dezembro de 2022 e novembro de 2023, o governo enviará uma mensagem modificativa ao Congresso no início de dezembro.

A previsão oficial para o INPC em 2023 está 4,48%. O valor consta no último Relatório de Avaliação de Receitas e Despesas, divulgado no fim de julho. A próxima estimativa será divulgada no fim de setembro, na nova edição do Boletim Macrofiscal pela Secretaria de Política Econômica do Ministério da Fazenda. (Agência Brasil)

Área de soja deve crescer e de milho diminuir no Paraná, aponta estimativa da safra 23/24

A primeira projeção de plantio para a safra de verão 2023/24, divulgada na quinta-feira (31) pelo Departamento de Economia Rural (Deral), da Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento, aponta para uma elevação na área de soja, enquanto redução na do milho.

As principais culturas grâneas da 1ª safra paranaense 2023/24, também chamada de safra de verão, devem ocupar pouco mais de 6,2 milhões de hectares. No ciclo anterior, elas se estenderam por 6,3 milhões de hectares. A produção foi de 26,5 milhões de toneladas no ano passado e neste primeiro levantamento a projeção indica 25,4 milhões de toneladas.

Uma das justificativas é o El Niño, evento climático resultante do aquecimento anormal das águas do Oceano Pacífico. Na Região Sul do País, a tendência é a intensificação de chuvas, superiores às médias históricas. Desde junho de 2019 o Brasil não registra clima característico desse fenômeno.

"Essa é a primeira leitura de um cenário possível, mas que pode se alterar quando a produção estiver a campo, mesmo porque estaremos sob o efeito do fenômeno do El Niño, com tendência de mais chuvas e menos estiagens como as que levaram boa parte de nossa produção nos últimos anos, particularmente na safra 21/22", explicou o chefe do Deral, Marcelo Garrido.

A primeira safra da soja em 2023/24 promete ter um aumento bem pequeno na área, passando de 5.790 mil hectares para

5.801 mil hectares. A produção tende a se reduzir em 2%, caindo de 22,4 milhões de toneladas para 21,9 milhões. "A última safra foi excepcional", disse o agrônomo do Deral Carlos Hugo Godinho. Segundo ele, apesar do aumento, alguns produtores deixaram de plantar a oleaginosa em áreas marginais, que foram ocupadas por outras culturas, como a cana-de-açúcar, por exemplo.

No milho, a redução de área na primeira safra deve se efetivar em razão do baixo preço do produto. Nos últimos 12 meses a saca baixou de R\$ 75,00 para R\$ 45,00. "Se o produtor tiver opção ele migra para outra cultura, principalmente a soja", salientou o analista da cultura no Deral, Edmar Gervásio. Os 379,1 mil hectares ocupados na safra anterior devem cair para 317 mil hectares. A projeção é que se produzam 3,1 milhões de toneladas, contra 3,8 milhões de toneladas em 2022.

Em compensação, a atual safra - 2022/23 - tem estimativa de fechar em 17,8 milhões de toneladas, das quais 14 milhões da segunda safra e 3,8 milhões da primeira. Se efetivar, será a segunda maior da história no Paraná, ficando atrás somente da safra 2016/17, quando foram produzidas pouco mais de 18 milhões de toneladas.

A tendência que se projeta para o feijão primeira safra é de redução de 3,5% em área, de 116 mil hectares para 112 mil hectares. No entanto, a produção pode se expandir em 8,5%, passando de 199 mil toneladas para 216 mil toneladas. "O feijão nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), usado como índice oficial de inflação, caiu levemente, de 3,52% para 3,3% para o próximo ano. Outros parâmetros foram revisados. A proposta do Orçamento prevê que a Taxa Selic (juros básicos da economia) encerrará 2024 com média de 9,8% ao ano, contra projeção de 11,08% ao ano que constava na LDO. A previsão para o dólar médio caiu de R\$ 5,12 para R\$ 5,02.

O projeto também apresentou estimativas até 2027. A pre-

visão para o crescimento do PIB está em 2,8% para 2025, 2,4% em 2026 e 2,6% em 2027. Para o IPCA, a projeção está em 3% nos três anos. Em relação à Selic, a projeção média está em 7,82% ao ano em 2025, 7,05% em 2026 e 7,06% em 2027. Atualmente, a taxa está em 13,75% ao ano.

Em relação ao IPCA, índice oficial de inflação, a projeção para o próximo ano está levemente acima do centro da meta de 3% definida pelo Conselho Monetário Nacional (CMN).

Como o conselho determina uma margem de tolerância de 1,5 ponto percentual, a inflação poderá ficar entre 1,5% e 4,5% no próximo ano sem resultar em descumprimento da meta.

O texto enviado ao Congresso estima o preço médio do barril do petróleo (usado para estimar receitas da União com royalties) em US\$ 73,90 no próximo ano, alta de 12,09% nas importações (excluindo combustíveis) e crescimento de 5,69% na massa salarial nominal. (Agência Brasil)

Como o conselho determina uma margem de tolerância de 1,5 ponto percentual, a inflação poderá ficar entre 1,5% e 4,5% no próximo ano sem resultar em descumprimento da meta.

O texto enviado ao Congresso estima o preço médio do barril do petróleo (usado para estimar receitas da União com royalties) em US\$ 73,90 no próximo ano, alta de 12,09% nas importações (excluindo combustíveis) e crescimento de 5,69% na massa salarial nominal. (Agência Brasil)

2022/23.

O tomate manteve praticamente o mesmo espaço de 2,4 mil hectares, mas a produção mostra tendência de aumentar em 3%, passando de 144,9 mil toneladas para 148,7 mil. Já a cebola retraiu a área em 19% em relação ao ano passado, passando de 3,3 mil hectares para 2,7 mil hectares.

De acordo com o analista das culturas hortícolas no Deral, toda a área de cebola já está plantada. "É a primeira vez nos últimos 15 anos que isso acontece já em agosto", disse Andrade. No caso do tomate, também é raro que 28% estejam plantados neste período. "Por enquanto o clima está ajudando, mas há sempre um risco caso haja uma geada tardia".

A colheita do café da safra 2022/23 alcançou 82% da área de 25,8 mil hectares. No entanto, está atrasada, pois em anos anteriores já teriam sido colhidos 90%. Uma das razões é a floresta não uniforme, que se estendeu de agosto de 2022 a janeiro deste ano. A outra é a falta de mão de obra nas regiões cafeéiras. "Esse é um fator preocupante", disse o economista Paulo Sérgio Franzini, analista da cultura no Deral.

A estimativa é colher 41 mil toneladas, o que renderia 690 mil sacas de café. Segundo Franzini, a comercialização está bastante lenta, em função dos preços baixos praticados pelo mercado, em torno de R\$ 760 a saca. Em anos anteriores, entre 15% e 20% já estariam vendidos neste período. Agora o índice está em 5%. (AENPR)

Governo anuncia R\$ 66 bi para apoiar inovação tecnológica

O governo federal anunciou na quinta-feira (31) a abertura de linhas de financiamento para inovação com juros - em valores atuais de 4% ao ano - 2% mais o índice da taxa referencial (TR). Ao todo serão disponibilizados para investimentos em pesquisa e desenvolvimento R\$ 66 bilhões, que incluem recursos da Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP) e do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

Desse montante, R\$ 16 bilhões serão distribuídos por editais e não precisarão ser devolvidos. Para os valores concedidos como financiamento, o prazo de pagamento é de 16 anos, com possibilidade de até quatro anos de carência.

"É o menor juro da história. Juro nominal de 4%", enfatizou o vice-presidente e ministro Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC), Geraldo Alckmin (foto).

Atualmente, as linhas de crédito do BNDES oferecem juros para inovação com taxas entre 13% a 15%. A Finep tem opções com juros de 9%.

Os recursos devem começar a ser liberados no final do mês. Entre os tipos de projeto que podem ser contemplados estão os relacionados ao uso de inteligência artificial, ao desenvolvimento de combustíveis sustentáveis para aviação, à digitalização da economia, ao hidrogênio verde e ao desenvolvimento de formas de mobilidade sustentáveis. (Agência Brasil)

Veto a dispositivo do arcabouço facilitará acordos sobre precatórios

O veto a um artigo da lei complementar do novo arcabouço fiscal, publicado na quinta-feira (31) no Diário Oficial da União, facilitará o fechamento de acordos para o pagamento de precatórios, disseram os ministros da Fazenda, Fernando Haddad, e do Planejamento e Orçamento, Simone Tebet. Eles negaram que a decisão tenha tido caráter político e afirmaram que o pedido partiu da área técnica da equipe econômica.

Ao sancionar a Lei Complementar 200, nome oficial do novo arcabouço fiscal, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva vetou dois dispositivos. Um deles proíbe explicitamente que a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), que estabelece diretrizes e prioridades para o Orçamento seguinte, previsse exclusões de gastos ou abatimento de despesas na hora de verificar o cumprimento das metas fiscais.

O veto foi criticado por economistas por abrir brechas para a contabilidade criativa, mecanismo que deu origem à chamada pedada fiscal nos governos da presidenta Dilma Rousseff. Isso porque a meta de resultado primário (superávit ou déficit do governo sem os juros da dívida pública) poderia diminuir ao abater determinados tipos de gastos.

Apesar do receio de parte dos economistas, Haddad e Tebet afirmaram que o veto ocorreu apenas para permitir acordos como o da cessão do Aeroporto Campo de Marte à prefeitura de São Paulo em troca da extinção da dívida do município com a União de cerca de R\$ 24 bilhões.

"A LDO tem um dispositivo que vem desde 2023 que permite um encontro de contas de precatório. A gente não queria tirar

isso da LDO porque dá flexibilidade para quando tem um encontro de contas para fazer. Não tem nenhuma outra intenção que não seja essa, de continuar a permitir um encontro de contas quando se está nos dois polos de uma relação de crédito e débito", justificou Haddad, em entrevista coletiva para comentar o projeto de lei do Orçamento de 2024.

Segundo Haddad, o veto evitará o engessamento de um mecanismo que pode encerrar longas disputas judiciais, como a do Campo de Marte. "A União foi condenada a pagar uma indenização pelo Campo de Marte e fez um encontro de contas da dívida da cidade de São Paulo com a União. Isso não entrou no âmbito do teto de gastos. Tanto é que não foi uma decisão política. Veio da área técnica o pedido para que a gente não engessasse esse mecanismo que pode ser útil em determinadas circunstâncias", acrescentou o ministro da Fazenda.

De acordo com a ministra do Planejamento, Simone Tebet, o governo não era contrário à restrição a mecanismos de abatimento das metas fiscais, a não ser pela questão dos precatórios. Por se tratar de um assunto de LDO, explicou, o governo achou por bem manter a possibilidade na LDO, cabendo ao Congresso aprovar ou rejeitar tal mecanismo a cada ano.

"Se o arcabouço tivesse colocado que estaria proibido na LDO à exceção do encontro de contas de precatórios, estava tudo certo. Isso constava em 2023, consta em 2024. Lembrando que o encontro de contas pode ser a favor da Receita ou do contribuinte", rebateu Tebet. (Agência Brasil)

Orçamento de 2024 prevê crescimento de 2,26% para economia

Enviado ao Congresso Nacional no fim da tarde da quinta-feira (31), o projeto do Orçamento teve poucas alterações em relação às estimativas de crescimento econômico para o próximo ano na comparação com os parâmetros da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), que tramita desde abril. A projeção de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB, soma dos bens e serviços produzidos) foi reduzida levemente, de 2,34% para 2,26% em 2024.

A previsão para o Índice Na-

cional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), usado como índice oficial de inflação, caiu levemente, de 3,52% para 3,3% para o próximo ano. Outros parâmetros foram revisados. A proposta do Orçamento prevê que a Taxa Selic (juros básicos da economia) encerrará 2024 com média de 9,8% ao ano, contra projeção de 11,08% ao ano que constava na LDO. A previsão para o dólar médio caiu de R\$ 5,12 para R\$ 5,02.

O projeto também apresentou estimativas até 2027. A pre-

visão para o crescimento do PIB está em 2,8% para 2025, 2,4% em 2026 e 2,6% em 2027. Para o IPCA, a projeção está em 3% nos três anos. Em relação à Selic, a projeção média está em 7,82% ao ano em 2025, 7,05% em 2026 e 7,06% em 2027. Atualmente, a taxa está em 13,75% ao ano.

Em relação ao IPCA, índice oficial de inflação, a projeção para o próximo ano está levemente acima do centro da meta de 3% definida pelo Conselho Monetário Nacional (CMN).

Como o conselho determina uma margem de tolerância de 1,5 ponto percentual, a inflação poderá ficar entre 1,5% e 4,5% no próximo ano sem resultar em descumprimento da meta.

O texto enviado ao Congresso estima o preço médio do barril do petróleo (usado para estimar receitas da União com royalties) em US\$ 73,90 no próximo ano, alta de 12,09% nas importações (excluindo combustíveis) e crescimento de 5,69% na massa salarial nominal. (Agência Brasil)

Indicador de Incerteza da Economia cresce 5 pontos em agosto

O Indicador de Incerteza da Economia (IIE-Br), medido pela Fundação Getúlio Vargas (FGV), teve alta de 5 pontos em agosto deste ano e chegou a 108,5 pontos. O crescimento da incerteza veio depois de quatro quedas consecutivas, que haviam acumulado uma redução de 13,2 pontos de março a julho deste ano.

Mesmo com a alta, o indicador ainda está 8,2 pontos abaixo do ponto mais alto do ano (116,2 pontos), registrado em março.

A alta em agosto foi puxada apenas pelo componente mídia, que é baseado na frequência de notícias com menção à incerteza publicadas na imprensa e que subiu 6,6 pontos.

Por outro lado, o componente expectativas, que é construído a partir das previsões dos analistas econômicos, recuou 3,4 pontos.

Segundo a economista da FGV Anna Carolina Gouveia, depois de chegar ao menor nível desde 2017, a incerteza econômica no país voltou a crescer devido a ruídos externos, como

as notícias sobre as atividades econômicas dos Estados Unidos e da China, além do ambiente político da Argentina.

Pelo lado das expectativas dos analistas, sugere-se uma menor incerteza sobre os cenários de inflação e juros para daqui a um ano no Brasil. (Agência Brasil)

Desoneração da folha deve beneficiar trabalhadores, defende Lula

Após depor, Wassef diz que é vítima de perseguição

O advogado da família Bolsonaro, Frederick Wassef (foto), deixou a superintendência da Polícia Federal (PF), em São Paulo, por volta das 15h da quinta-feira (31). Ele foi intimado a depor no âmbito do inquérito que investiga as suspeitas de que o ex-presidente Jair Bolsonaro teria tentado se apropriar indevidamente de joias que recebeu de presente de autoridades sauditas.

Na saída, o advogado disse a jornalistas que não poderia se manifestar sobre o inquérito, que é sigiloso, mas afirmou que estava sendo vítima de uma "perseguição".

"Não posso me manifestar. O inquérito tramita em segredo de justiça e eu respeito a Polícia Federal e o Poder Judiciário", sintetizou.

"Nunca antes eu soube, nunca participei e não tenho a ver com essa história. Só posso, neste momento, dizer que estou sendo perseguido por alguns jornalistas que não agem com o compromisso com a verdade e vem propagando fake News, notícias falsas, em série para assustar a imagem e a reputação de inocentes. É uma covardia. Isso não se faz", acrescentou.

Ele salientou que se trata de "uma campanha de mentiras, de acusações infundadas e de ilações de coisas que não existem. Vou resgatar a honra e a imagem do meu nome. Jamais pratiquei qualquer irregularidade ou ilícito em minha vida", completou o advogado.

Questionado por repórteres se teria orientado o ex-presidente Bolsonaro a se manter em silêncio durante o depoimento à Polícia Federal, Wassef disse que não poderia se manifestar sobre o assunto.

"Não me manifesto sobre o que falo a meus clientes. O que quero dizer é que, após sofrer uma campanha de fake news, o presidente Bolsonaro e o senador Flávio Bolsonaro vieram em minha defesa e deixaram claro a verdade de que sou leal, competente e nunca traio ninguém e nenhum cliente", explicou.

O ex-presidente Bolsonaro; a ex-primeira-dama Michelle Bolsonaro; o ex-secretário especial de Comunicação Social (Secom) da Presidência, Fabio Wajngarten; o ex-ajudante de ordens de Bolsonaro, tenente-coronel Mauro Cid; o pai de Mauro Cid, o general César Lourença Cid; o advogado da família Bolsonaro, Frederick Wassef, e os ex-assessores da Presidência, Marcelo Câmara e Osmar Crivellati, foram todos intimados a prestar depoimento na quinta-feira à Polícia Federal.

Wassef, no entanto, foi o único dos oito depoentes a prestar depoimento por videoconferência, a partir de São Paulo. Os demais foram ouvidos em Brasília. (Agência Brasil)

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva afirmou, na quinta-feira (31), que a desoneração de receitas do governo federal deve beneficiar os trabalhadores, não apenas os empresários. Além disso, medidas como essa devem prever o impacto nos demais entes da federação, especialmente os municípios.

Em evento em Teresina, no Piauí, Lula comentou a aprovação do projeto de lei que prorroga a desoneração da folha de pagamentos para 17 setores da economia até 31 de dezembro de 2027. O texto passou na quarta-feira (30) pela Câmara dos Deputados.

"Cada vez que for discutida desoneração, é preciso cuidar de

colocar os empresários, colocar os trabalhadores e colocar o governo pra discutir, porque é preciso saber se a desoneração vai beneficiar só o empresário ou se ela vai beneficiar os trabalhadores que trabalham naquela empresa, que têm o direito de ganhar alguma coisa pelo benefício que o governo deu para aquele setor da economia", disse Lula.

O presidente lembrou que, durante a gestão de Dilma Rousseff, de 2011 a 2015, o governo federal desonerou R\$ 540 bilhões, sem contrapartida. "Isso significa a gente não colocando os trabalhadores para negociar, só um lado ganha e nós queremos com os dois lados ganhando".

Segundo Lula, as prefeituras

do país estão em crise financeira diante da queda de arrecadação do governo federal, em razão da consequente diminuição do compartilhamento de receitas. Ele destacou que o Executivo federal está preocupado com a situação dos governos municipais.

"Cada vez que desonera, que o governo federal perde receita, no fundo, quem perde receita é o município que recebe do Fundo de Participação dos Municípios, que não tem dinheiro não vai para ele", disse.

"É na cidade que está o problema da saúde, da educação, é na cidade que está a rua que não tem asfalto, que não tem esgoto, é na cidade que falta ônibus, então nós temos que tratar o prefei-

to com muito respeito sempre. Agora mesmo, nesse momento, que os prefeitos estão vivendo uma crise financeira muito séria. Na medida que cai arrecadação do governo federal, cai o Fundo de Participação dos Municípios e a gente vai sempre dando mais obrigatoriedade para os prefeitos sem repassar a quantidade de dinheiro equivalente às obrigações", argumentou Lula.

O presidente está em Teresina, no Piauí, onde anunciou os investimentos do Novo PAC no estado e, no fim do dia, lança um novo programa com objetivo de tirar o Brasil do Mapa da Fome, reduzir as taxas de pobreza e de insegurança alimentar e nutricional. (Agência Brasil)

Desemprego cai para 7,9% no trimestre encerrado em julho

A taxa de desocupação no trimestre encerrado em julho de 2023 ficou em 7,9%. É o menor resultado para o período desde 2014, quando foi de 6,7%. O dado foi divulgado na quinta-feira (31) pela Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (Pnad Contínua), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

O resultado aponta uma redução de 0,6 ponto percentual (p.p.) em relação ao trimestre encerrado em abril (8,5%) e de 1,2 p.p. ante o mesmo período do ano passado (9,1%).

"Esse recuo ocorreu principalmente pela expansão do número de pessoas trabalhando", explica Adriana Beringuy, coordenadora da Pnad.

O número de pessoas ocupadas voltou a crescer após dois trimestres em queda, chegando

a 99,3 milhões, um aumento de 1,3 milhão em relação ao período de fevereiro a abril. Na comparação anual, o crescimento foi de 0,7% (mais 669 mil), o menor dos últimos nove trimestres seguidos de alta.

"Após a pandemia, tivemos um período de recuperação da população ocupada onde registramos aumentos intensos disseminados pelas atividades. À medida que esse processo de recuperação se consolida, os acréscimos voltam a ser mais influenciados pelas características econômicas e sazonais de cada atividade. Com isso, na perspectiva anual, o crescimento passa a ser menos intenso", analisa Beringuy.

A população desocupada ficou em 8,5 milhões de pessoas, uma retração de 6,3% em relação ao trimestre anterior e de

3,8% se comparada ao mesmo período de 2022.

Na comparação trimestral, destaca-se o crescimento do emprego sem carteira assinada (4% ou mais 503 mil pessoas) que somou 13,2 milhões de pessoas. Já no comparativo anual, chama atenção o contingente de empregados com carteira, que cresceu 3,4% ou 1,2 milhão de pessoas, formando um universo de 37 milhões.

O número de trabalhadores por conta própria (25,2 milhões) ficou estável ante o trimestre anterior e caiu 2,5% em relação ao mesmo trimestre do ano anterior.

A Pnad revela que a taxa de informalidade - que leva em consideração trabalhadores sem carteira assinada em empresas e no serviço doméstico; e os que atuam por conta própria, mas

sem CNPJ - ficou em 39,1%, índice semelhante ao trimestre anterior (38,9%).

A pesquisa mostra também que a taxa de subutilização ficou em 17,8%, representando queda de 3,1 p.p. no comparativo anual. São atualmente 20,3 milhões de pessoas desocupadas ou que trabalham menos que o número de horas que gostariam.

A população desalentada - pessoa que gostaria de trabalhar, mas desistiu de procurar emprego por acreditar que não conseguiria - soma 3,7 milhões, estável ante o trimestre anterior.

O rendimento médio do brasileiro ficou em R\$ 2.935, estável na comparação com o trimestre anterior e crescimento de 5,1% em relação ao trimestre encerrado em julho de 2022, já descontada a inflação do período. (Agência Brasil)

ATAS/BALANÇOS/EDITAIS/LEILÕES

SINDICATO NACIONAL DAS COOPERATIVAS DE CRÉDITO CNPJ nº 01.655.970/0001-98 - CODIGO SINDICAL: 000.563.000.89306-4 EDITAL DE CONVOCAÇÃO ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA O Diretor Presidente do Sindicato Nacional das Cooperativas de Crédito - SINACRED, no uso das atribuições que lhe conferem os Artigos 27 e 28, ambos do Estatuto, convoca exclusivamente as 87 (oitenta e sete) cooperativas de crédito associadas, que estão no pleno gozo dos seus direitos sindicais e cumprindo integralmente os deveres previstos no Estatuto, para a Assembleia Geral Extraordinária a ser realizada no dia 30 de setembro de 2023, na Sala de Reuniões do Novotel Praia de Botafogo - Condomínio do Edifício Praia de Botafogo, situado na Praia de Botafogo, 330, Bairro de Botafogo, Rio de Janeiro - RJ, às 9h (nove horas) em primeira convocação, com a presença de mais de 50% (cinquenta por cento) das associadas com direito a voto; às 9:30h (nove horas e trinta minutos) em segunda convocação, com a presença de mais de 30% (trinta por cento) das associadas com direito a voto e às 10h (dez horas) em terceira e última convocação, com qualquer número de associadas presentes com direito a voto, para apreciar a seguinte Ordem do Dia: Alteração do Estatuto Social nos seguintes artigos e parágrafos: Parágrafo único do art. 1º, inciso primeiro do art. 2º, art. 4º, parágrafo 4º do art. 8º, parágrafo primeiro do art. 20, parágrafo único do art. 22, art. 23, parágrafo único do art. 33, incisos VIII, IX e X do art. 34, e inciso IV do art. 46. Obs.: Somente terá acesso à Assembleia os representantes das cooperativas convocadas. Rio de Janeiro, 01 de setembro de 2023. Ricardo Alphonse Santos Blanc - Presidente.

EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº 1080614-39.2018.8.26.0100. O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 2ª Vara Cível, do Foro Central Cível, Estado de São Paulo, Dr(a). Maria Carolina de Mattos Bertolucci, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a Ivan Freddi CPF: 029.792.658-89, que Fundação de Rotarianos de São Paulo - CNPJ: 61.370.094/0001-85 (entidade mantenedora do Colégio Rio Branco - Unidade Higienópolis) ajuizou Ação de Cobrança, Procedimento Comum, objetivando o recebimento de R\$ 41.333,76 (Agosto/2018), representada pelo inadimplimento do Contrato de Prestação de Serviços Educacionais firmado entre as partes em 15/12/2008, com cláusula de renovação automática até o ano letivo de 2014. Estando o requerido em lugar ignorado, expediu-se edital, para que em 15 dias, a fluir após os 20 dias supra, conteste o ato, sob pena de presumir-se verdadeiros os fatos articulados. Não sendo contestada a ação, o requerido será considerado revel, caso em que será nomeado curador especial. Será o presente edital, afixado e publicado na forma da Lei. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 03 de julho de 2023.

EU MIGUEL DONHA JR., LEILOEIRO OFICIAL - JUCEPAR - 14/256L, VENHO A PÚBLICO DECLARAR QUE NO MÊS DE SETEMBRO 2023 (DO DIA 05.09.2023 AO DIA 26.09.2023) SERÃO REALIZADOS OS SEGUINTE LEILÕES. On-Line Estrada da Roseira, 6725 - Borda do Campo - São José dos Pinhais - PR 05.09.2023 Terça-feira Leilão Início 13h On-Line Estrada da Roseira, 6725 - Borda do Campo - São José dos Pinhais - PR 19.09.2023 Terça-feira Leilão Início 13h Miguel Donha Jr LEILOEIRO OFICIAL JECEPAR 14/256L Leilões de Setembro/2023 On-Line Estrada da Roseira, 6725 - Borda do Campo - São José dos Pinhais - PR 12.09.2023 Terça-feira Leilão Início 13h On-Line Estrada da Roseira, 6725 - Borda do Campo - São José dos Pinhais - PR 26.09.2023 Terça-feira Leilão Início 13h Fale conosco www.donhaleiloes.com

EDITAL DE INTIMAÇÃO - CUMPRIMENTO DE SENTENÇA Processo Digital nº 0031292-91.2023.8.26.0100. Classe Assunto: Cumprimento de sentença - Prestação de Serviços. Exequente: Sociedade Beneficente Israelita Brasileira Hospital Albert Einstein. Executado: Beatriz Galhardo. EDITAL DE INTIMAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº 0031292-91.2023.8.26.0100. O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 2ª Vara Cível, do Foro Central Cível, Estado de São Paulo, Dr(a). Tom Alexsandro Brandão e FAZ SABER a IZABEL GARCIA SARGI, CPF 045.974.508-58, que por este Juízo, tramita de uma ação de Cumprimento de sentença, movida por Condomínio Edifício Central Park, encontrando-se o executado em lugar incerto e não sabido, nos termos do artigo 513, § 2º, IV, do Código de Processo Civil, foi determinada a sua INTIMAÇÃO por EDITAL, do TERMO DE PENHORA do seguinte bem: Apartamento nº 54, localizado no 5º andar do EDIFÍCIO CENTRAL PARK, situado à Rua Mário Augusto do Carmo, nº 105, esquina com a Rua Giovanni Patolli, no Jardim Avelino, 26º Subdistrito-Vila Prudente. Imóvel matriculado no 6º Cartório de Registro de Imóveis de São Paulo, sob nº 120.181, ficando o executado, pelo presente ato, constituído depositário, em conformidade com o artigo 545, § 1º do CPC. O executado poderá apresentar impugnação à penhora, no prazo de 15 dias úteis, que fluirá após o decurso do prazo do presente edital, por simples petição, nos termos do artigo 525, § 11º, do CPC. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da Lei. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 15 de agosto de 2023. 31/08 e 01/09/2023

EDITAL PARA CONHECIMENTO DE TERCEIROS, EXPEDIDO NOS AUTOS DE INTERDIÇÃO DE EDSON SHIMIZU DEPA, REQUERIDO POR YUI MITSUOCHI E OUTRO PROCESSO Nº 1001759-11.2022.8.26.0100. O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 3ª Vara da Família e Sucessões, do Foro Central Cível, Estado de São Paulo, Dra. Taliana Federighi Saba, na forma da Lei, etc. FAZ SABER aos que o presente edital vierem ou dele conhecimento tiverem que, por sentença proferida em 27/06/2023, foi decretada a INTERDIÇÃO de Edson Shimizu de Pa, CPF 029.792.658-89, em razão de incapacidade por doença mental, movida por Condomínio Edifício Central Park, encontrando-se o executado em lugar incerto e não sabido, nos termos do artigo 513, § 2º, IV, do Código de Processo Civil, foi determinada a sua INTIMAÇÃO por EDITAL, do TERMO DE PENHORA do seguinte bem: Apartamento nº 22, localizado no 5º andar do EDIFÍCIO CENTRAL PARK, situado à Rua Mário Augusto do Carmo, nº 105, esquina com a Rua Giovanni Patolli, no Jardim Avelino, 26º Subdistrito-Vila Prudente. Imóvel matriculado no 6º Cartório de Registro de Imóveis de São Paulo, sob nº 120.181, ficando o executado, pelo presente ato, constituído depositário, em conformidade com o artigo 545, § 1º do CPC. O executado poderá apresentar impugnação à penhora, no prazo de 15 dias úteis, que fluirá após o decurso do prazo do presente edital, por simples petição, nos termos do artigo 525, § 11º, do CPC. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da Lei. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 24 de agosto de 2023.

EDITAL DE INTIMAÇÃO - CUMPRIMENTO DE SENTENÇA Processo Digital nº 0054071-74.2022.8.26.0100. A Dra. Melissa Bertolucci, Juiz(a) de Direito da 2ª Vara Cível do Foro Central da Capital/SP, Faz Saber a Lucas Pereira dos Santos (CPF: 333.139.868-38), que nos autos da ação Monitoria, ora em fase de cumprimento de sentença, ajuizada por Hotel Fazenda Vale Suíço Ltda EPP (ou Hotel Fazenda Vale Suíço Ltda), procedeu-se a penhora sobre as quantias bloqueadas judicialmente de R\$ 12.000, R\$ 167.42 e R\$ 340.900, totalizando a quantia de R\$ 519.519. Estando o executado em local ignorado, foi deferida a intimação da penhora por edital, para que em 05 dias, a fluir após os 20 dias supra, ofereça impugnação, na ausência da qual prosseguirá o feito em seus ulteriores termos. Será o presente edital, afixado e publicado na forma da Lei. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 11 de agosto de 2023. 31/08 e 01/09/2023

EDITAL DE INTIMAÇÃO - CUMPRIMENTO DE SENTENÇA Processo Digital nº 0003036-24.2022.8.26.0020. Classe Assunto: Cumprimento de sentença - Prestação de Serviços. Exequente: Sociedade Beneficente São Camilo. Executado: Celso José da Silva Filho e outro. EDITAL DE INTIMAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº 0003036-24.2022.8.26.0020. O MM. Juiz de Direito da 5ª Vara Cível, do Foro Regional XII - Nossa Senhora do O, Estado de São Paulo, Dr. José Roberto Leme Alves de Oliveira, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a LENIR FERNANDA DA SILVA, CPF 226.150.798-40, que por este Juízo, tramita de uma ação de Cumprimento de sentença, movida por Sociedade Beneficente São Camilo, entidade mantenedora do Hospital São Camilo, encontrando-se o réu em lugar incerto e não sabido, nos termos do artigo 513, §2º, IV do CPC, foi determinada a sua INTIMAÇÃO por EDITAL, para que, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, que fluirá após o decurso do prazo do presente edital, pague a quantia de R\$ 138.729,95 (julho de 2022), devidamente atualizada, sob pena de multa de 10% sobre o valor do débito e honorários advocatícios de 10% (artigo 523 e parágrafos, do Código de Processo Civil). Fica ciente, ainda, que nos termos do artigo 525 do Código de Processo Civil, transcrito o período acima indicado sem o pagamento voluntário, inicia-se o prazo de 15 (quinze) dias úteis para que o executado, independentemente de penhora ou nova intimação, apresente, nos próprios autos, sua impugnação. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da Lei. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 27 de julho de 2023. 31/08 e 01/09/2023

EDITAL DE INTIMAÇÃO - CUMPRIMENTO DE SENTENÇA Processo Digital nº 0002604-98.2023.8.26.0010. Classe Assunto: Cumprimento de sentença - Prestação de Serviços. Exequente: Sociedade Beneficente São Camilo. Executado: Raquel Damasio de Souza. EDITAL DE INTIMAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº 0002604-98.2023.8.26.0010. O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 2ª Vara Cível, do Foro Regional IX - Ipiranga, Estado de São Paulo, Dr(a). LIGIA MARIA TEGAO NAVE, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a) RAQUEL DAMASIO DE SOUZA, Brasileira, Casada, Autônoma, RG 155.597.127, CPF 078.006.858-02, com endereço à Rua JEREMIAS JUNIOR, 114, Vila Nair, CEP 04262-020, São Paulo - SP, que por este Juízo, tramita de uma ação de Cumprimento de sentença, movida por Sociedade Beneficente São Camilo, encontrando-se o réu em lugar incerto e não sabido, nos termos do artigo 513, §2º, IV do CPC, foi determinada a sua INTIMAÇÃO por EDITAL, para que, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, que fluirá após o decurso do prazo do presente edital, pague a quantia de R\$ 49.754,21, devidamente atualizada, sob pena de multa de 10% sobre o valor do débito e honorários advocatícios de 10% (artigo 523 e parágrafos, do Código de Processo Civil). Fica ciente, ainda, que nos termos do artigo 525 do Código de Processo Civil, transcrito o período acima indicado sem o pagamento voluntário, inicia-se o prazo de 15 (quinze) dias úteis para que o executado, independentemente de penhora ou nova intimação, apresente, nos próprios autos, sua impugnação. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da Lei. NADA MAIS. São Paulo, aos 22 de agosto de 2023. 31/08 e 01/09/2023

EDITAL PARA CONHECIMENTO DE TERCEIROS, EXPEDIDO NOS AUTOS DE INTERDIÇÃO DE DANIEL ANGELO DE MORAIS, REQUERIDO POR TONI PEREIRA DE MORAIS e outro - PROCESSO Nº 1002712-02.2022.8.26.0704. O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 1ª Vara da Família e Sucessões, do Foro Regional XV - Butantã, Estado de São Paulo, Dr(a). Renata Coelho Okida, na forma da Lei, etc. FAZ SABER aos que o presente edital vierem ou dele conhecimento tiverem que, por sentença proferida em 12 de abril de 2022, foi decretada a INTERDIÇÃO de DANIEL ANGELO DE MORAIS, CPF 43081241820, declarando-o relativamente incapaz de exercer pessoalmente os atos da vida civil e nomeado(a) como CURADOR(ES), em caráter DEFINITIVO, o(a) Sr(a). Elisabete dos Santos Angelo e Toni Pereira de Moraes. O presente edital será publicado por três vezes, com intervalo de dez dias, e afixado na forma da Lei. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 21 de junho de 2023. 31/08 e 01/09/2023

EDITAL PARA CONHECIMENTO DE TERCEIROS, EXPEDIDO NOS AUTOS DE INTERDIÇÃO DE ESMERALDA MENDES GRANADO, REQUERIDA POR PAULO MENDES GRANADO - PROCESSO Nº 1126723-22.2022.8.26.0100. O MM. Juiz de Direito da 3ª Vara da Família e Sucessões, do Foro Central Cível, Estado de São Paulo, Dra. Taliana Federighi Saba, na forma da Lei, etc. FAZ SABER aos que o presente edital vierem ou dele conhecimento tiverem que, por sentença proferida em 05/06/2022, foi decretada a INTERDIÇÃO de Esméralda Mendes Granado, CPF 2.265.467, CPF 22031437895, com endereço à Rua Cacondoia, 444, apto 14, Jardim Paulista, CEP 01425-011, São Paulo - SP. O presente edital será publicado por três vezes, com intervalo de dez dias, e afixado na forma da Lei. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de São Paulo - SP, aos 09/08/2023. 31/08 e 01/09/2023

EDITAL PARA CONHECIMENTO DE TERCEIROS, EXPEDIDO NOS AUTOS DE INTERDIÇÃO DE EMILIO BUZON JUNIOR, REQUERIDO POR CERES MARIA LUISI BUZON e OUTROS - PROCESSO Nº 1053504-26.2022.8.26.0100. O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 7ª Vara da Família e Sucessões, do Foro Central Cível, Estado de São Paulo, Dr(a). Erica Regina Colmenero Coimbra, na forma da Lei, etc. FAZ SABER aos que o presente edital vierem ou dele conhecimento tiverem que, por sentença proferida em 12/02/2023, foi decretada a INTERDIÇÃO de EMILIO BUZON JUNIOR, CPF 16755774804, declarando-o(a) absolutamente incapaz de exercer pessoalmente os atos da vida civil e nomeado(a) como CURADOR(A), o(a) Sr(a). Ceres Maria Luisi Buzon. O presente edital será publicado por três vezes, com intervalo de dez dias, e afixado na forma da Lei. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 03 de agosto de 2023. 31/08 e 01/09/2023

EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS, expedido nos autos da Ação de Usucapião, Processo nº 1020601-17.2023.8.26.0224. O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 8ª Vara Cível, do Foro de Guarulhos, Estado de São Paulo, Dr(a) Luiz Gustavo de Oliveira Martins Pereira, na forma da Lei, etc. Faz saber a) os réus ausentes, inertes, desconhecidos, eventuais interessados, bem como seus cônjuges e/ou sucessores, dentre eles, como titulares de domínio: Sr. Izaias José Benedito (Espólio), brasileiro, casado, portador da Cédula de Identidade RG de nº desconhecido, inscrito no CPF/MF de nº desconhecido, e Tracy Marcondes Benedito (Espólio), brasileira, casada, portadora da Cédula de Identidade RG desconhecida, inscrita no CPF/MF de nº 107.031.368-67 e como confrontantes de fato e tabuleares, Michel Machata e Eides Sales de Oliveira Machata, brasileiros, casados após o advento da lei 6515/77, ele do lar e ela professora, portadores das Cédulas de Identidade, RG nºs 15.884.495-3 e 13.468.035-5, inscritos no CPF/MF nºs 027.527.908-13 e 005.816.086-50, Maria Carolina de Oliveira e Lázaro de Oliveira, brasileiros, casados no regime de comunhão parcial de bens na vigência da Lei 6.515/77, Sr. Jorge Carlos Demazo, brasileiro, ferrense, portador da Cédula de Identidade RG nº 16.533.144-6, inscrita no CPF/MF sob o nº 085.649.849-30, Eidei Agostinho Soares, brasileiro, solteiro, sobra, portador de alvará, portadora da Cédula de Identidade RG nº 17.698.116, inscrita no CPF/MF sob o nº 060.060.648-12, Eduardo André Soares, brasileiro, solteiro, professor, portador da Cédula de Identidade RG nº 22.989.574-8, inscrito no CPF/MF sob o nº 252.481.728-88, e Carlos Alberto Soares, brasileiro, divorciado, operador de produção básica, portador da Cédula de Identidade RG nº 12.460.692.828/SP/SP, inscrito no CPF/MF sob o nº 052.915.978-00, Ricardo Gomes Nazareth, brasileiro, aposentado, portador da Cédula de Identidade RG nº 12.460.692.828/SP/SP, inscrito no CPF/MF sob o nº 050.651.918-13 e sua esposa, casados no regime de comunhão parcial de bens na vigência da Lei 6.515/77, Sr. Marlene Cremonesi Nazareth, brasileira, do lar, portadora do RG nº 18.182.105-8, inscrita no CPF/MF sob o nº 075.816.848-90, Robson Gomes Nazareth, brasileiro, solteiro, mecânico de aeronave, portador da Cédula de Identidade RG nº 13.179.233, inscrito no CPF/MF sob o nº 061.440.818-01; Roodney Gomes Nazareth, brasileiro, professor, portador da Cédula de Identidade RG nº 16.728.643-2, inscrito no CPF/MF sob o nº 167.102.146-23, e sua esposa, casados na comunhão parcial de bens na vigência da Lei 6.515/77, Sr. Francisco de Lima Davi, brasileiro, do lar, portador da Cédula de Identidade RG nº 16.533.144-6, inscrita no CPF/MF sob o nº 194.910.078-23 e Raquel Gomes Nazareth Carrara, brasileira, professora, portadora da Cédula de Identidade RG nº 22.189.298-9, inscrito no CPF/MF sob o nº 143.303.278-30, e seu esposo, casados na comunhão parcial de bens na vigência da Lei 6.515/77, Sr. Marcos Ivan de Oliveira Carrara, brasileiro, motorista, portador da Cédula de Identidade RG nº 18.284.044-X, inscrito no CPF/MF sob o nº 083.296.098-39; Guolmer de Lima Davi de Mazzo, brasileiro, do lar, portadora da Cédula de Identidade RG nº 16.533.144-6, inscrita no CPF/MF sob o nº 173.500.058-22, e seu esposo, casados no regime de comunhão parcial de bens na vigência da Lei 6.515/77, Sr. Jorge Carlos Demazo, brasileiro, ferrense, portador da Cédula de Identidade RG nº 16.533.144-6, inscrito no CPF/MF sob o nº 088.341.608-51 e Marta de Lima Davi, brasileira, costureira, separada, portadora da Cédula de Identidade RG nº 20.140.913-4, inscrito no CPF/MF sob o nº 061.440.818-01; Benedito Davi, brasileiro, aposentado, portador da Cédula de Identidade RG nº 331(949), inscrito no CPF/MF nº 209.535.858-91, e sua esposa, casados sob o regime de comunhão de bens antes da vigência da Lei 6.515/77, Sr. Francisco de Lima Davi, brasileiro, do lar, portador da Cédula de Identidade RG nº 16.533.144-6, inscrita no CPF/MF sob o nº 145.378.388-17, que Vamar Administração e Participações S/C Ltda., ajuizou ação de Usucapião, visando os imóveis da Rua Jatuzinho nº 116 e 124, Vila Matia, Guarulhos/SP, com total de área 263,34m2, alegando posse mansa e pacífica no prazo legal. Estando em termos, expediu-se o presente edital para citação dos supramencionados no prazo de 15 (quinze) dias úteis, a fluir após o prazo de 20 dias. Não sendo contestada a ação, os réus serão considerados revel, caso em que será nomeado curador especial. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da Lei. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de Guarulhos, aos 17 de agosto de 2023.

EDITAL DE PUBLICAÇÃO DE SENTENÇA DECLARATÓRIA DE INTERDIÇÃO DE SONIA DANIEL MORAES. NOS TERMOS DO ARTIGO 755, § 3º DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL, EXPEDIDO NOS AUTOS DO PROCESSO NÚMERO 1005127-20.2023.8.26.0100. O(A) MM. Juiz(a) de Direito do Foro Regional XV - Butantã, Estado de São Paulo, Dr(a). Renata Coelho Okida, na forma da Lei, etc. FAZ SABER aos que o presente edital vierem ou dele conhecimento tiverem que, por sentença proferida em 12 de abril de 2022, foi decretada a INTERDIÇÃO de SONIA DANIEL MORAES, CPF 11.550.538 e CPF 170.704.228-01, por incapacidade por doença mental, movida por Condomínio Edifício Central Park, encontrando-se o executado em lugar incerto e não sabido, nos termos do artigo 513, § 2º, IV, do Código de Processo Civil, foi determinada a sua INTIMAÇÃO por EDITAL, do TERMO DE PENHORA do seguinte bem: Apartamento nº 54, localizado no 5º andar do EDIFÍCIO CENTRAL PARK, situado à Rua Mário Augusto do Carmo, nº 105, esquina com a Rua Giovanni Patolli, no Jardim Avelino, 26º Subdistrito-Vila Prudente. Imóvel matriculado no 6º Cartório de Registro de Imóveis de São Paulo, sob nº 120.181, ficando o executado, pelo presente ato, constituído depositário, em conformidade com o artigo 545, § 1º do CPC. O executado poderá apresentar impugnação à penhora, no prazo de 15 dias úteis, que fluirá após o decurso do prazo do presente edital, por simples petição, nos termos do artigo 525, § 11º, do CPC. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da Lei. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 24 de agosto de 2023.

USUCAPIÃO EXTRAJUDICIAL (Art. 216-A da Lei Federal nº 6.015/73) JERSÉ RODRIGUES DA SILVA, 2º Oficial de Registro de Imóveis da Capital. FAZ SABER a todos quantos o presente Edital vierem ou dele conhecimento tiverem que, perante esta Serventia, localizada na rua Vitorino Carmilo, 576, térreo, no Bairro da Barra Funda, CEP 01153-000, foi prenotado sob o nº 515.322, em 30/03/2023, o instrumento público de ata notarial para fins de reconhecimento extrajudicial de usucapião de 27 de março de 2023 (Lv. 6461, páginas 169/176) do 7º Tabelião de Notas desta Capital, acompanhada do respectivo requerimento de 09 de novembro de 2022, na qual MARIANA RODRIGUES MALHEIROS, brasileira, solteira, advogada, RG nº 36.379.260-0-SSP/SP, inscrita na OAB/SP sob no nº 234.574 e no CPF/MF. sob o nº 653.862.051-53, com domicílio residencial nesta Capital, na Rua Lisboa nº 1.191, apto. 133, Jardim América, e MARIZA RODRIGUES MALHEIROS, brasileira, divorciada, advogada, inscrita na OAB/SP sob o nº 35.746 e no CPF/MF. sob o nº 236.974.668-87, com domicílio residencial nesta Capital, na Rua Padre João Manuel nº 955, apto. 93, objetivando a USUCAPIÃO EXTRAJUDICIAL da UNIDADE AUTÔNOMA Nº 25, localizada no 2º andar ou 3º pavimento do EDIFÍCIO APOLO, situado na Alameda Glete nº 667, no 11º Subdistrito - Santa Cecília, objeto da matrícula nº 101.849, desta Serventia. Em observância à previsão legal contida no § 4º do artigo 216-A, da Lei Federal nº 6.015/73, alterada pela Lei Federal 13.465, de 11/07/2017, e nos itens 416 e 425.1 do Capítulo XX das Normas de Serviço da Corregedoria Geral da Justiça, deste Estado, e, ainda, Nos termos do Provimento nº 65 do CNJ, artigos 15 e 16, § 1º, "V", que diz: "a advertência de que a não apresentação de impugnação no prazo previsto neste artigo implicará anuência ao pedido de reconhecimento extrajudicial da usucapião"; e, § 2º, do mesmo artigo 16, que diz: "os terceiros eventualmente interessados poderão manifestar-se no prazo de 15 dias úteis após o decurso do prazo do edital publicado", ficam eles por este Edital INTIMADOS da existência do referido processo, franqueando-lhe a possibilidade de comparecer a este Serviço Registral, de segunda a sexta feira, no horário das 9:00 às 16:00 horas, a fim de obter mais amplos esclarecimentos acerca da presente USUCAPIÃO EXTRAJUDICIAL, processada nos termos da legislação vigente, acima mencionada, a qual poderá se manifestar em 15 (quinze) dias úteis contados da data da publicação deste Edital. E para que chegue ao conhecimento de terceiros eventualmente interessados e não venham de futuro alegar ignorância, expediu-se o presente edital que será publicado em um dos jornais de maior circulação da Comarca de São Paulo. São Paulo, 01 de setembro de 2023. O Oficial (Jersé Rodrigues da Silva). 01/09 e 18/09/23

EDITAL PARA CONHECIMENTO DE TERCEIROS, EXPEDIDO NOS AUTOS DE INTERDIÇÃO DE ESMERALDA MENDES GRANADO, REQUERIDA POR PAULO MENDES GRANADO - PROCESSO Nº 1126723-22.2022.8.26.0100. O MM. Juiz de Direito da 3ª Vara da Família e Sucessões, do Foro Central Cível, Estado de São Paulo, Dra. Taliana Federighi Saba, na forma da Lei, etc. FAZ SABER aos que o presente edital vierem ou dele conhecimento tiverem que, por sentença proferida em 05/06/2022, foi decretada a INTERDIÇÃO de Esméralda Mendes Granado, CPF 2.265.467, CPF 22031437895, com endereço à Rua Cacondoia, 444, apto 14, Jardim Paulista, CEP 01425-011, São Paulo - SP. O presente edital será publicado por três vezes, com intervalo de dez dias, e afixado na forma da Lei. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de São Paulo - SP, aos 09/08/2023. 31/08 e 01/09/2023

EDITAL DE INTIMAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº 0005613-13.2019.8.26.0009 A MMa. Juiz(a) de Direito da 3ª Vara Cível, do Foro Regional IX - Vila Prudente, Estado de São Paulo, Dra. Claudia Sarmento Monteleone, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a CRISTIANE DOS SANTOS FEITOSA, RG 29889030, CPF 219.803.958-37, que por este Juízo, tramita de uma ação de Cumprimento de sentença, movida por Antonio Vieira Carlos. Encontrando-se o réu em lugar incerto e não sabido, nos termos do artigo 513, §2º, IV do CPC, foi determinada a sua INTIMAÇÃO por EDITAL, do TERMO DE PENHORA do seguinte bem: Apartamento nº 54, localizado no 5º andar do edifício localizado na Rua Engenheiro Guilherme Cristiano Frender, nº 830, denominado "CONDOMÍNIO RESIDENCIAL PASSIONE II" na Vila Antonieta, 27º Subdistrito ? Tatuapé. Imóvel matriculado no 9º Oficial de Registro de Imóveis da Capital, sob nº 29



EXT SECURITIZADORA DE CRÉDITOS S.A.

CNPJ nº 51.327.863/0001-09 - NIRE: 3530061890-4

EXTRATO DA ATA DA 1ª ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

Realizada em 12/07/2023, às 11h, na sede social localizada na cidade de Itapetininga/SP. Convocação: Dispensada, presentes acionistas representando a totalidade do Capital Social. **Mesa:** Presidente: Sr. Valério Fernando Cavalheiro. Secretária: Natália Freitas Ramacciotti. **Deliberações:** 1 - Foi autorizada a emissão de 10.000 debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie subordinada, no montante de R\$ 10.000.000, com valor unitário de R\$ 1.000,00 cada uma, em 11 séries, conforme termos da **Escritura de 1ª Emissão Privada de Debêntures Simples**. Itapetininga/SP, 12/07/2023. **Valério Fernando Cavalheiro - Presidente da Mesa; Natália Freitas Ramacciotti - Secretária da Mesa. JUCESP - 337.293/23-5 em 22/08/2023. Maria Cristina Frei - Secretária Geral.**

JK 18 Empreendimento Imobiliário S/A

CNPJ/MF nº 10.145.544/0001-03 - NIRE 35300382641

Ata da Assembleia Geral Extraordinária Realizada em 17/08/2023
 Dia 17/08/2023, às 10h, na sede social, em São Paulo-SP. **Mesa:** Presidente: Renata Lane de Souza Ramos. Secretária: Dario de Abreu Pereira Junior. **Ordem do Dia:** Totalidade do capital social. **Convocação:** Dispensada. **Deliberações unânimes:** Considerando que o capital social da Companhia é excessivo, os Acionistas aprovaram, a sua redução no valor de R\$7.300.000,00, com o cancelamento de 7.300.000 ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal, proporcionalmente ao percentual devido por cada Acionista, mediante a entrega de recursos financeiros disponíveis no caixa da Companhia, conforme apurado em balanço liquidado em 31/07/2023. Em razão disso, o capital social, reduzido para R\$3.953.443,00. Assim, o Artigo 5º, do Estatuto Social, passará a ter a seguinte redação: "Artigo 5º - O Capital Social de R\$3.953.443,00, totalmente subscrito e integralizado em moeda corrente nacional, representado por 3.953.443 ações ordinárias, todas nominativas, sem valor nominal". Foi aprovada, a publicação da presente ata para eventual oposição de credores. **Encerramento:** Nada mais tendo sido tratado, foi autorizada a lavratura da presente ata na forma de sumário que, após lida e achada conforme, foi assinada pela Mesa e pelos acionistas presentes: CTEEP - Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista (p. Rui Chammas e Carisa Santos Portela Cristal) e Rui Chammas. São Paulo, 27 de junho de 2023. Atesto que a deliberação acima é cópia fiel da ata lavrada no Livro de Atas de Assembleias Gerais da Companhia. **Andrea Mazzaro Carlos de Vincenti - Secretária. JUCESP nº 317.625/23-8 em 09/08/2023. Maria Cristina Frei - Secretária Geral.**

SPE Brasil Incorporação 38 Ltda.

CNPJ/MF nº 12.034.215/0001-02 - NIRE 35.224.331.862

Extrato da Ata de Reunião de Sócios.
Data, Hora e Local: Realizada em 30 (trinta) de agosto de 2023, às 10:00 horas, na sede social da SPE Brasil Incorporação 38 Ltda. ("Sociedade"), situada na Rua Teodoro Sampaio, nº 1020, sala 1303 (parte), Pinheiros, São Paulo, Estado de São Paulo, CEP: 05.406-050. **Presença:** Totalidade dos Sócios. **Mesa:** Bento Odilon Moreira Filho - Presidente, Elbio Moreira - Secretário. **Deliberações:** (a) aprovação da redução do capital social em R\$ 3.334.000,00 (três milhões e trezentos e trinta e quatro mil reais) mediante o cancelamento de 3.334.000 (três milhões e trezentos e trinta e quatro mil) quotas do capital social da Sociedade, com valor nominal unitário de R\$ 1,00 (um real), todas de propriedade da única sócia **EBM Incorporações Centro Oeste S.A.**, a qual receberá o valor da redução em moeda corrente do país, a título de restituição do valor das quotas canceladas. Para os efeitos do § 1º, do artigo 1.084 da Lei nº 10.406/02, o arquivamento da Alteração Contratual resultante será dada no prazo de 90 (noventa) dias contados da publicação desta ata. **Mesa:** Bento Odilon Moreira Filho - Presidente, Elbio Moreira - Secretário. **Sócia:** **EBM Incorporações Centro Oeste S.A.**

SPE Brasil Incorporação 65 Ltda.

CNPJ/MF nº 12.622.558/0001-98 - NIRE 35.224.788.018

Extrato da Ata de Reunião de Sócios.
Data, Hora e Local: Realizada em 30 (trinta) de agosto de 2023, às 10:00 horas, na sede social da SPE Brasil Incorporação 65 Ltda. ("Sociedade"), situada na Rua Teodoro Sampaio, nº 1020, sala 1303 (parte), Pinheiros, São Paulo, Estado de São Paulo, CEP: 05.406-050. **Presença:** Totalidade dos Sócios. **Mesa:** Bento Odilon Moreira Filho - Presidente, Elbio Moreira - Secretário. **Deliberações:** (a) aprovação da redução do capital social em R\$ 818.100,00 (oitocentos e dezoito mil e cem reais) mediante o cancelamento de 818.100 (oitocentos e dezoito mil e cem) quotas de ações de classes mil e oitocentas e noventa e duas (ações ordinárias, nominativas, de classe única, sem valor nominal", 1.2. Ratificam-se os demais artigos do estatuto social incorporando a alteração supra, conforme o Anexo II que integra a presente ata. **Encerramento:** Nada mais tendo sido tratado, foi autorizada a lavratura da presente ata na forma de sumário que, após lida e achada conforme, foi assinada pela Mesa e pelos acionistas presentes: CTEEP - Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista (p. Rui Chammas e Carisa Santos Portela Cristal) e Rui Chammas. São Paulo, 27 de junho de 2023. Atesto que a deliberação acima é cópia fiel da ata lavrada no Livro de Atas de Assembleias Gerais da Companhia. **Andrea Mazzaro Carlos de Vincenti - Secretária. JUCESP nº 325.122/23-4 em 10/08/2023. Maria Cristina Frei - Secretária Geral.**

Interligação Elétrica de Minas Gerais S.A.

CNPJ nº 08.580.534/0001-46 - NIRE 35.3.0038380-8

Ata da Assembleia Geral Extraordinária Realizada em 27 de Junho de 2023

Lavrada na forma sumária, conforme previsto no art. 130 e seus parágrafos da Lei nº 6.404/76
Data, Hora e Local: Realizada no dia 27 de junho de 2023, às 17h30, na sede social da Interligação Elétrica de Minas Gerais S.A. ("Companhia"), localizada na Avenida das Nações Unidas, nº 14.171, Torre C - Crystal, 6º andar, conjunto 602, Vila Gertrudes, São Paulo, SP, CEP 04794-000. **Convocação:** Dispensada a convocação em virtude da presença da totalidade dos acionistas da Companhia, na forma do §4º do Art. 124 da Lei nº 6.404 de 15 de dezembro de 1976 ("Lei das SAs"). **Presenças:** Acionistas representando a totalidade do capital social da Companhia, conforme se constata através do Livro de Presença de Acionistas. **Mesa:** Presidente: Rui Chammas; Secretária: Andrea Mazzaro Carlos de Vincenti. **Ordem do Dia:** Aprovar o aumento de capital social da Companhia mediante a conversão do Adiantamento de Recursos para Futuro Aumento de Capital ("AFAC"). **Deliberação:** Os Acionistas decidiram, sem ressalvas e por unanimidade: 1. Aprovar o aumento de capital social da Companhia, no montante de R\$ 69.000.000,00 (sessenta e nove milhões e oitocentos e noventa e dois mil e oitocentos e noventa e dois reais) para R\$ 563.722.892,00 (quinhentos e sessenta e três milhões, setecentos e vinte e dois mil e oitocentos e noventa e dois reais), mediante a emissão de 69.000.000 (sessenta e nove milhões) novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, sendo subscrito e integralizado, neste ato, o montante de R\$ 884.400,00 (oitocentos e oitenta e quatro mil e quatrocentos reais) mediante a conversão do AFAC em moeda corrente nacional, na forma indicada pelo Boletim de Subscrição que integra a presente ata como Anexo I, restando um saldo de R\$ 68.115.600,00 (sessenta e oito milhões, cento e quinze mil e seiscentos reais) a ser integralizado até 31 de dezembro de 2027. O Acionista Rui Chammas renuncia expressamente ao direito de preferência na subscrição de novas ações ordinárias nominativas da Companhia. 1.1. Em razão do aumento de capital, alterar o "caput" do artigo 5º do estatuto social da Companhia que passará a vigorar com a seguinte nova redação: "O capital social da Companhia subscrito é de R\$ 563.722.892,00 (quinhentos e sessenta e três milhões, setecentos e vinte e dois mil e oitocentos e noventa e dois reais), dividido em quatrocentos e noventa e quatro mil e oitocentos e noventa e dois mil e oitocentos e noventa e duas (ações ordinárias, nominativas, de classe única, sem valor nominal", 1.2. Ratificam-se os demais artigos do estatuto social incorporando a alteração supra, conforme o Anexo II que integra a presente ata. **Encerramento:** Nada mais tendo sido tratado, foi autorizada a lavratura da presente ata na forma de sumário que, após lida e achada conforme, foi assinada pela Mesa e pelos acionistas presentes: CTEEP - Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista (p. Rui Chammas e Carisa Santos Portela Cristal) e Rui Chammas. São Paulo, 27 de junho de 2023. Atesto que a deliberação acima é cópia fiel da ata lavrada no Livro de Atas de Assembleias Gerais da Companhia. **Andrea Mazzaro Carlos de Vincenti - Secretária. JUCESP nº 325.122/23-4 em 10/08/2023. Maria Cristina Frei - Secretária Geral.**

Interligação Elétrica Jaguar 6 S.A.

CNPJ nº 32.318.927/0001-60 - NIRE 35.3.0052987-1

Ata da Assembleia Geral Extraordinária Realizada em 27 de Junho de 2023

Lavrada na forma sumária, conforme previsto no art. 130 e seus parágrafos da Lei nº 6.404/76
Data, Hora e Local: Realizada no dia 27 de junho de 2023, às 17h00, na sede social da Interligação Elétrica Jaguar 6 S.A. ("Companhia"), localizada na Avenida das Nações Unidas, nº 14.171, Torre C - Crystal, 7º andar, conjunto 703, sala 1, Vila Gertrudes, São Paulo/SP, CEP 04794-000. **Convocação:** Dispensada a convocação em virtude da presença da totalidade dos acionistas da Companhia, na forma do §4º do Art. 124 da Lei nº 6.404 de 15 de dezembro de 1976 ("Lei das SAs"). **Presenças:** Acionistas representando a totalidade do capital social da Companhia, conforme se constata através do Livro de Presença de Acionistas. **Mesa:** Presidente: Rui Chammas; Secretária: Andrea Mazzaro Carlos de Vincenti. **Ordem do Dia:** Aprovar o aumento de capital social da Companhia mediante a conversão do Adiantamento de Recursos para Futuro Aumento de Capital ("AFAC"). **Deliberação:** Os Acionistas decidiram, sem ressalvas e por unanimidade: 1. Aprovar o aumento de capital social da Companhia, no montante de R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais), passando dos atuais R\$ 159.565.533,00 (cento e cinquenta e nove milhões, quinhentos e sessenta e cinco mil e setenta e três reais) para R\$ 159.865.533,00 (cento e cinquenta e nove milhões, oitocentos e sessenta e cinco mil e trinta e três reais), mediante a emissão de 300.000 (trezentos mil) novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, as quais foram totalmente subscritas integralizadas mediante a conversão do AFAC em moeda corrente nacional, na forma indicada pelo Boletim de Subscrição que integra a presente ata como seu Anexo I. O Acionista Rui Chammas renuncia expressamente ao direito de preferência na subscrição de novas ações ordinárias nominativas da Companhia. 1.1. Em razão do aumento de capital, alterar o "caput" do artigo 5º do estatuto social da Companhia que passará a vigorar com a seguinte nova redação: "O capital social da Companhia, totalmente subscrito e integralizado, é de R\$ 159.865.533,00 (cento e cinquenta e nove milhões, oitocentos e sessenta e cinco mil e trinta e três reais), dividido em quatrocentos e noventa e quatro mil e oitocentos e noventa e duas (ações ordinárias, nominativas, de classe única, sem valor nominal", 1.2. Ratificam-se os demais artigos do estatuto social incorporando a alteração supra. **Encerramento:** Nada mais tendo sido tratado, foi autorizada a lavratura da presente ata na forma de sumário que, após lida e achada conforme, foi assinada pela Mesa e pelos acionistas presentes: CTEEP - Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista (p. Rui Chammas e Carisa Santos Portela Cristal) e Rui Chammas. São Paulo, 27 de junho de 2023. Atesto que a deliberação acima é cópia fiel da ata lavrada no Livro de Atas de Assembleias Gerais da Companhia. **Andrea Mazzaro Carlos de Vincenti - Secretária. JUCESP nº 325.656/23-0 em 10/08/2023. Maria Cristina Frei - Secretária Geral.**

Interligação Elétrica Jaguar 8 S.A.

CNPJ nº 32.578.582/0001-84 - NIRE 35.3.0053075-6

Ata da Assembleia Geral Extraordinária Realizada em 27 de Junho de 2023

Lavrada na forma sumária, conforme previsto no art. 130 e seus parágrafos da Lei nº 6.404/76
Data, Hora e Local: Realizada no dia 27 de junho de 2023, às 17h10, na sede social da Interligação Elétrica Jaguar 8 S.A. ("Companhia"), localizada na Avenida das Nações Unidas, nº 14.171, Torre C - Crystal, 5º andar, conjunto 504, sala 2, Vila Gertrudes, São Paulo/SP, Cep: 04794-000. **Convocação:** Dispensada a convocação em virtude da presença da totalidade dos acionistas da Companhia, na forma do §4º do Art. 124 da Lei nº 6.404 de 15 de dezembro de 1976 ("Lei das SAs"). **Presenças:** Acionistas representando a totalidade do capital social da Companhia, conforme se constata através do Livro de Presença de Acionistas. **Mesa:** Presidente: Rui Chammas; Secretária: Andrea Mazzaro Carlos de Vincenti. **Ordem do Dia:** Aprovar o aumento de capital social da Companhia mediante a conversão do Adiantamento de Recursos para Futuro Aumento de Capital ("AFAC"). **Deliberação:** Os Acionistas decidiram, sem ressalvas e por unanimidade: 1. Aprovar o aumento de capital social da Companhia, no montante de R\$ 143.000.000,00 (cento e quarenta e três milhões, quinhentos e cinquenta e sete reais) para R\$ 129.559.377,00 (cento e vinte e nove milhões, quinhentos e cinquenta e sete reais), mediante a emissão de 143.000.000 (cento e quarenta e três milhões) novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, sendo subscrito e integralizado, neste ato, o montante de R\$ 18.500.000,00 (dezoito milhões e quinhentos mil reais) mediante a conversão do AFAC em moeda corrente nacional, na forma indicada pelo Boletim de Subscrição que integra a presente ata como Anexo I, restando um saldo de R\$ 124.500.000,00 (cento e vinte e quatro milhões e quinhentos e trinta e sete reais), a ser integralizado até 31 de dezembro de 2027. O Acionista Rui Chammas renuncia expressamente ao direito de preferência na subscrição de novas ações ordinárias nominativas da Companhia. 1.1. Em razão do aumento de capital, alterar o "caput" do artigo 5º do estatuto social da Companhia que passará a vigorar com a seguinte nova redação: "O capital social da Companhia subscrito é de R\$ 129.559.377,00 (cento e vinte e nove milhões, quinhentos e cinquenta e sete reais), dividido em quatrocentos e noventa e quatro mil e oitocentos e noventa e duas (ações ordinárias, nominativas, de classe única, sem valor nominal", 1.2. Ratificam-se os demais artigos do estatuto social incorporando a alteração supra. **Encerramento:** Nada mais tendo sido tratado, foi autorizada a lavratura da presente ata na forma de sumário que, após lida e achada conforme, foi assinada pela Mesa e pelos acionistas presentes: CTEEP - Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista (p. Rui Chammas e Carisa Santos Portela Cristal) e Rui Chammas. São Paulo, 27 de junho de 2023. Atesto que a deliberação acima é cópia fiel da ata lavrada no Livro de Atas de Assembleias Gerais da Companhia. **Andrea Mazzaro Carlos de Vincenti - Secretária. JUCESP nº 325.040/23-0 em 10/08/2023. Maria Cristina Frei - Secretária Geral.**

Interligação Elétrica Jaguar 9 S.A.

CNPJ nº 32.318.903/0001-11 - NIRE 35.3.0052989-8

Ata da Assembleia Geral Extraordinária Realizada em 27 de Junho de 2023

Lavrada na forma sumária, conforme previsto no art. 130 e seus parágrafos da Lei nº 6.404/76
Data, Hora e Local: Realizada no dia 27 de junho de 2023, às 17h20, na sede social da Interligação Elétrica Jaguar 9 S.A. ("Companhia"), localizada na Avenida das Nações Unidas, nº 14.171, Torre C - Crystal, 6º andar, conjunto 601, sala 2, Vila Gertrudes, São Paulo/SP, Cep: 04794-000. **Convocação:** Dispensada a convocação em virtude da presença da totalidade dos acionistas da Companhia, na forma do §4º do Art. 124 da Lei nº 6.404 de 15 de dezembro de 1976 ("Lei das SAs"). **Presenças:** Acionistas representando a totalidade do capital social da Companhia, conforme se constata através do Livro de Presença de Acionistas. **Mesa:** Presidente: Rui Chammas; Secretária: Andrea Mazzaro Carlos de Vincenti. **Ordem do Dia:** Aprovar o aumento de capital social da Companhia mediante a conversão do Adiantamento de Recursos para Futuro Aumento de Capital ("AFAC"). **Deliberação:** Os Acionistas decidiram, sem ressalvas e por unanimidade: 1. Aprovar o aumento de capital social da Companhia, no montante de R\$ 400.000,00 (quatrocentos mil reais), passando dos atuais R\$ 202.039.195,00 (duzentos e dois milhões, trinta e nove mil e cento e noventa e cinco reais) para R\$ 202.439.195,00 (duzentos e dois milhões, quatrocentos e trinta e nove mil e cento e noventa e cinco reais), as quais foram totalmente subscritas e integralizadas mediante a conversão do AFAC em moeda corrente nacional, na forma indicada pelo Boletim de Subscrição que integra a presente ata como seu Anexo I. O Acionista Rui Chammas renuncia expressamente ao direito de preferência na subscrição de novas ações ordinárias nominativas da Companhia. 1.1. Em razão do aumento de capital, alterar o "caput" do artigo 5º do estatuto social da Companhia que passará a vigorar com a seguinte nova redação: "O capital social da Companhia, totalmente subscrito e integralizado, é de R\$ 202.439.195,00 (duzentos e dois milhões, quatrocentos e trinta e nove mil e cento e noventa e cinco reais), dividido em quatrocentos e noventa e quatro mil e oitocentos e noventa e duas (ações ordinárias, nominativas, de classe única, sem valor nominal", 1.2. Ratificam-se os demais artigos do estatuto social incorporando a alteração supra. **Encerramento:** Nada mais tendo sido tratado, foi autorizada a lavratura da presente ata na forma de sumário que, após lida e achada conforme, foi assinada pela Mesa e pelos acionistas presentes: CTEEP - Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista (p. Rui Chammas e Carisa Santos Portela Cristal) e Rui Chammas. São Paulo, 27 de junho de 2023. Atesto que a deliberação acima é cópia fiel da ata lavrada no Livro de Atas de Assembleias Gerais da Companhia. **Andrea Mazzaro Carlos de Vincenti - Secretária. JUCESP nº 317.625/23-8 em 09/08/2023. Maria Cristina Frei - Secretária Geral.**

INSTITUIÇÃO BENEFICENTE ISRAELITA "TEN YAD"

CNPJ 69.127.793/0001-00 - BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO 2022

ATIVO	2022	2021	PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2022	2021
Circulante:			Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa	2.245	12.822	Fornecedores	642.861	686.615
Caixa	162.932	108.563	Obrigações sociais a recolher	52.914	50.313
Aplicações Financeiras	4.289.783	2.890.359	Obrigações tributárias	43.180	47.261
	4.454.960	3.011.744	Receitas a apropriar	260.327	260.327
	2.990.964	3.903.848	Credores Diversos	259.127	270.915
Total do Ativo Circulante	7.445.924	6.915.592	Provedores Trabalhistas	561.480	513.526
			Total do Passivo Circulante	1.819.889	1.828.957
			Não Circulante		
			Exigível a Longo Prazo	4.705.404	5.197.463
			Receitas a apropriar	-	93.896
			Credores diversos	87.576	87.576
			Provisão para contingências	4.792.900	5.378.935
			Total do Passivo Não Circulante	4.792.900	5.378.935
Total do Ativo Não Circulante	30.285.242	29.474.149	Patrimônio Líquido		
			Patrimônio social	28.341.011	20.840.577
			Subvenções Programa Bom Prato	-	660.716
			Fundo para imobilização e obras	840.838	2.775.764
			Superávit/(Déficit) acumulado	1.936.830	(2.059.208)
Total do Ativo	37.731.548	36.389.741	Total Patrimônio Líquido	31.118.679	29.181.849
			Total Passivo/Patrimônio Líquido	37.731.548	36.389.741

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022

Fluxo de caixa das atividades operacionais	2022	2021
Superávit/(Déficit) do Período	1.936.830	(32.986)
Baixa do Ativo Imobilizado	85.589	260.900
Depreciações e Amortizações	1.293.586	1.395.336
Provisões diversas	47.954	220.327
	3.363.959	1.843.577

Redução (Aumento) nos ativos

Créditos a Recuperar	912.884	1.184.664
Realizável a Longo Prazo	6.337	-
Fornecedores	(43.574)	13.438
Obrigações Sociais e Tributárias	(1.480)	(25.902)
Exigível a Longo Prazo	(585.955)	(260.472)

Caixa Líquido proveniente das atividades operacionais

Fluxo de Caixa das Atividades de Investimentos:		
Adquirição de ativo imobilizado	(2.170.987)	(1.324.236)
Caixa líquido proveniente/(utilizado) nas atividades de Investimento	(2.198.987)	1.324.236

Fluxo de caixa das atividades de financiamento

Empréstimos	(11.788)	51.529
Caixa líquido proveniente/(utilizado) nas atividades de financiamentos	(11.788)	51.529

Variação de caixa e equivalente de caixa

Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	1.443.216	1.482.598
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	3.011.744	1.519.146
	4.454.960	3.011.744

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO 2022

Histórico	PATRIMÔNIO SOCIAL	FUNDO PARA IMOBILIZAÇÃO	SUPERÁVIT/ DÉFICIT	TOTAL
Saldos em 31/12/2020	24.776.025	4.100.000	338.810	29.214.835
Reversão do fundo de imobilização anterior	1.324.236	(1.324.236)	-	-
Transferência patrimonial 2021	338.810	-	(338.810)	-
Déficit do exercício 2021	-	-	(32.986)	(32.986)
Saldos em 31/12/2021	26.439.071	2.775.764	(32.986)	29.181.849
Reversão do fundo de imobilização anterior	1.934.926	(1.934.926)	-	-
Transferência patrimonial 2022	(32.986)	-	32.986	-
Superávit do exercício 2022	-	-	1.936.830	1.936.830
Saldos em 31/12/2022	28.341.011	840.838	1.936.830	31.118.679

ARGON HOLDING S.A.

CNPJ nº 29.883.498/0001-60 - NIRE 35.300.51.43.35

Edital de Convocação

Ficam os Senhores Acionistas convocados a comparecer na Sede da Companhia, em São Paulo - SP, na Rua Helena Botelho, 26º andar, sala 72, Vila Olímpia, CEP 04552-050, no dia 15 de setembro de 2023, às 11:00h, ocasião em que se reunirá em Assembleia Geral Extraordinária para deliberar sobre a renúncia do cargo de Diretor Presidente do Sr. Moacyr Eduardo May Carmo da Argon Holding S.A., conforme carta de renúncia apresentada no dia 14 de julho de 2023, em conformidade com o Estatuto Social e regulamentação vigente, com a consequente manutenção do Sr. Eli Elias da Silva Júnior como único administrador da Companhia. **Argon Holding S.A.** Eli Elias da Silva Júnior

Saraiva Livreiros S.A. Em Recuperação Judicial

CNPJ/MF nº 60.500.139/0001-26 - Companhia Aberta

Edital de Convocação - Assembleia Geral Especial de Preferencialistas
 Convocamos os Senhores Acionistas a comparecer à Assembleia Geral Especial de Preferencialistas que se realizará no dia 22 de setembro de 2023, às 9h, por meio exclusivamente digital ("AGESP"), para deliberar sobre a seguinte Ordem do Dia: ratificar a deliberação sobre o critério de conversão da totalidade, ou 100% (cem por cento), das ações preferenciais da Companhia em ações ordinárias, fixando-se o critério de 01 (uma) ação preferencial equivalente a 01 (uma) ação ordinária, nos termos do §1º, do art. 136, da Lei nº 6.404/76, conforme aprovado por maioria dos acionistas presentes na última Assembleia Geral Extraordinária e Ordinária realizada em 23.08.2023, às 9h, de modo exclusivamente digital, sendo considerada realizada na sede da Companhia. Os documentos e informações relativos à matéria a ser discutida na AGESP, ora convocada, encontram-se à disposição dos Acionistas na sede da Companhia e no seu endereço eletrônico (www.saraivajudicial.com.br), no website da Comissão de Valores

Novo acordo no caso Samarco emperra e explicações divergem

Diante da dificuldade de se concluir as negociações em torno da reapetuação do processo de reparação dos danos causados pelo rompimento da barragem da mineradora Samarco, o Ministério Público de Minas Gerais (MPMG) e o governo federal oferecem diferentes explicações. As tratativas se arrastam desde o ano passado. Segundo o MPMG, as partes envolvidas aguardam uma posição da nova gestão do governo federal, que se iniciou em janeiro. A Advocacia-Geral da União (AGU) apresenta uma justificativa diferente. Ela afirma que o governo já se posicionou e sustenta que há divergências ainda não superadas entre os envolvidos.

No episódio, foram liberados cerca de 39 milhões de metros cúbicos de rejeito que escoaram pela bacia do Rio Doce e impactaram dezenas de municípios mineiros e capixabas.

Morreram 19 pessoas. Passados mais de 7 anos da tragédia, as medidas de reparação são consideradas insatisfatórias tanto pelas entidades que representam os atingidos, como por representantes das instituições de Justiça e dos governos envolvidos.

Há duas semanas, o MPMG lançou o podcast Meu Ambiente, com o objetivo de discutir desafios ambientais com especialistas convidados e dar visibilidade a ações práticas. Os episódios são quinzenais e o primeiro deles tratou das duas grandes tragédias da mineração ocorridas no estado de Minas Gerais: o rompimento da barragem da Samarco, em Mariana, no ano de 2015, e o rompimento da barragem da Vale em Brumadinho, no ano de 2019.

O procurador-geral de Justiça do MPMG, Jarbas Soares Júnior, estava entre os convidados. “Nós precisamos resolver

isso rápido, porque já são sete anos e meio que as pessoas estão passando as maiores carestias que pode se imaginar. Sem ter casa, sem ter os seus modos de produção, sem ter vida, vivendo de transferência de recursos”, defendeu.

Jarbas disse que o governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva ainda não apresentou às partes envolvidas a sua posição. “A discussão estava bem adiantada no final do ano passado e, com a mudança [de governo], esse acordo está de certo modo emperrado. A União, em sua nova gestão, não chegou ainda a uma conclusão, e a meu ver não entendeu o que é o acordo. O acordo não é uma decisão judicial favorável”, acrescentou o procurador.

Segundo ele, é preciso se acertar com as empresas. “Se não, elas vão preferir aguardar a decisão do Supremo Tribunal Federal, para depois cumprir”, disse.

Em sua visão, aguardar uma condenação judicial em última instância levaria muitos anos, o que não interessa aos atingidos. “Acho, sinceramente, que o presidente Lula deve tomar a frente disso. Precisamos que esses recursos voltem para o meio ambiente, volte para todos atingidos, e que os estados e a própria União sejam ressarcidos pelas perdas econômicas que tiveram”.

Procurada pela Agência Brasil, a AGU, por meio de nota, contesta a declaração de Jarbas e apresenta um outro panorama.

Segundo nota encaminhada pelo órgão, o governo já apresentou claramente a sua posição, e as reuniões para negociar o acordo têm acontecido seguindo cronograma fixado no Tribunal Regional Federal da 6ª Região (TRF-6), com sede em Belo Horizonte. As discussões se desenvolvem no âmbito de uma ação civil pública movida pelo MPF, onde os prejuízos causados na tragédia foram estimados em R\$ 155 bilhões.

“A União confia no calendário definido sob firme condução do desembargador federal Ricardo Rabelo, para que uma solução consensual seja alcançada respeitando o processo de amadurecimento das partes quanto às propostas discutidas na mesa da reapetuação”, diz a nota.

De acordo com a AGU, falta consenso entre as partes quanto às medidas da reapetuação e à destinação dos recursos compensatórios. O governo defende que todo o montante definido seja aplicado exclusivamente na Bacia do Rio Doce. Essa é uma perspectiva que se afastaria do acordo firmado em 2021 para a reparação da tragédia em Brumadinho, quando as medidas pactuadas entre o governo mineiro, a Vale e as instituições de Justiça definiram medidas que beneficiariam diferentes cidades do estado, mesmo aquelas mais distantes da área atingida.

“A União entende que os valores devem ser utilizados exclusivamente na recuperação da área e em proveito das pessoas que vivem na região. Portanto, não falta clareza ou proposta da União quanto aos termos da reapetuação”, reitera a AGU.

Atualmente, a gestão de todo o processo reparatório é de responsabilidade da Fundação Renova, entidade que deve ser mantida com recursos da Samarco e de suas acionistas Vale e BHP Billiton. Ela foi criada em 2016, atendendo a termo de transação e ajustamento de conduta (TTAC) firmado entre as três mineradoras, o governo federal, os governos de Minas Gerais e do Espírito Santo e a União. Foram previstos 42 programas que tratam de temas diversos como as indenizações, o reassentamento dos desabrigados, o reflorestamento, a qualidade água, entre outros.

A atuação da Fundação Renova, no entanto, é criticada por comissões de atingidos e por instituições de Justiça que não participaram do acordo. O MPMG chegou a pedir judicialmente a extinção da entidade, alegando que ela não goza da devida autonomia frente às mineradoras. A morosidade de alguns programas também motiva diversos questionamentos aos tribunais. A reconstrução das duas comunidades destruídas em Mariana, por exemplo, até

hoje não foi concluída. Ao todo, entre ações civis públicas, ações coletivas e ações individuais, tramitam no Judiciário brasileiro mais de 80 mil processos relacionados à tragédia.

Foi diante desse quadro, que o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) estabeleceu no ano passado uma mediação com vistas a obter um novo acordo, capaz de resolver os gargalos da reparação. As tratativas envolveram os governos mineiro e capixaba, o governo federal e as três mineradoras, além dos ministérios públicos e das defensorias públicas de Minas Gerais, do Espírito Santo e da União. O esforço não foi bem-sucedido. Sem consenso, o fracasso da mesa de negociação foi anunciado em agosto de 2022, em meio ao processo eleitoral para escolha de governadores e presidente da República.

Publicamente, o governo mineiro, o MPMG e o MPF atribuíram a culpa às mineradoras, que teriam insistido em prazos de pagamento distantes da expectativa. Na época, as discussões estavam atravessadas pelo clima eleitoral. Os governadores de Minas Gerais, Romeu Zema, e do Espírito Santo, Renato Casagrande, eram os candidatos favoritos à reeleição em seus estados. Ambos tinham adversários que criticavam a assinatura do acordo sem a participação dos atingidos. (Agência Brasil)

MME pede que Eletrobras suspenda Plano de Demissão Voluntária

O Ministério de Minas e Energia (MME) pediu novamente à Eletrobras que avalie possibilidade de suspensão do Plano de Demissão Voluntária (PDV) da empresa, até que a pasta examine o “plano de ação para a prestação do serviço adequado e o plano de investimentos para os próximos anos, considerando a ausência da força de trabalho que pode ser desligada”. Esta é a segunda vez que o MME demanda informações sobre os planos de operação da empresa. O primeiro pedido ocorreu após o apagão este mês que deixou 25 estados e o Distrito Federal sem energia elétrica e em meio a denúncias de perseguição a empregados por se oporem à privatização da Eletrobras.

Em novo ofício encaminhado na quarta-feira (30) à Eletrobras, o ministério disse estar preocupado por não ter recebido, até o momento, o plano de investimentos futuros para a geração e transmissão de energia, nos próximos anos, e como a diminuição da força de trabalho afetará as atividades da empresa.

“Sendo a União a maior acionista da empresa e o MME responsável por zelar pelo equilíbrio entre a oferta e demanda de energia elétrica no país é legítimo, racional e importante que esta Pasta tenha acesso a tais informações para que possa avaliar como a Eletrobras, maior empresa do segmento em operação no Brasil, está se preparando para preservar a manutenção e operação de seus ativos, pois eles são primordiais para a confiabilidade do suprimento de energia elétrica”, diz o ofício.

O MME ainda cita que o apagão no dia 15 de agosto, que retirou cerca de um terço da demanda de energia elétrica que estava sendo suprida no momento, “ocorreu em ativos operados pela Companhia Hidro Elétrica do São Francisco – CHESF, subsidiária da Eletrobras”.

Relatório preliminar apresentado pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS) indicou que o desempenho abaixo do esperado das fontes de geração próximas à linha de transmissão Quixadá – Fortaleza II, de propriedade da Chesf, pode ter causado a queda de energia que afetou 29 milhões de pessoas no país.

A avaliação foi apresentada e discutida durante primeira reunião técnica para a elaboração do Relatório de Análise de Perturbação (RAP), que deverá ser concluído em cerca de 30 dias. Segundo o ONS, o sistema de proteção de uma usina também demorou mais tempo que o previsto para entrar em ação, gerando uma sobrecarga que resultou no evento.

A possibilidade de uma redução no quadro de funcionários ter contribuído para o evento é defendida por trabalhadores do setor. O engenheiro eletricitista Ikaro Chaves, ex-dirigente sindical e ex-conselheiro eleito do Conselho de Administra-

ção (Consad) da Eletronorte, uma subsidiária da empresa, disse à Agência Brasil que foram demitidos mais de 2,4 mil trabalhadores, desde o final do ano passado até agora.

Na avaliação do engenheiro, essa enxurrada de demissões foi acentuada com a privatização da Eletrobras e levou outros trabalhadores a serem “compelidos” a aderir ao PDV.

“Muitos trabalhadores, sabendo que existe uma possibilidade muito grande de serem demitidos, acabaram que muitos deles estão sendo compelidos a aderir ao PDV”, disse Chaves à Agência Brasil.

Logo após o apagão, o MME encaminhou, no dia 20 de julho, último dia de adesão ao PDV, um ofício à empresa, solicitando que ela avaliasse a suspensão do plano, mas não obteve retorno. Chaves disse que a queda drástica no número de empregados tem efeito na confiabilidade da operação da empresa, com o sobrecarga das equipes de campo. Segundo o engenheiro, a meta do Grupo Eletrobras é demitir cerca de 1,5 mil empregados, o que representa aproximadamente 20% dos cerca de 8 mil.

“É algo que vimos alertando há muito tempo. A Eletrobras teve uma redução drástica do seu quadro nos últimos anos. Em 2016, o grupo Eletrobras tinha 26 mil empregados, hoje tem pouco mais de 8 mil”, disse. “É preciso haver um processo de transferência de conhecimento, pelo menos. Você não pode, em uma empresa que trata de um setor essencial e estratégico como o setor elétrico, substituir trabalhadores experientes que conhecem os equipamentos, os processos da empresa, por trabalhadores novos que não conhecem esses equipamentos e os processos da empresa. Esse processo não aconteceu e a gente tem alertado, há muito tempo, que essas demissões comprometem a segurança do setor elétrico”, ponderou.

O engenheiro, que entrou no Grupo Eletrobras em 2007, chegou a responder a um processo de demissão por justa causa por seus posicionamentos críticos à privatização da companhia, ocorrida em 2022, durante o governo Jair Bolsonaro. Após pressão de trabalhadores, sindicalistas, políticos, a empresa retrocedeu no processo, mas, segundo Chaves, deixou claro que iria demitir de qualquer maneira.

“Após grande mobilização, a empresa aceitou suspender o processo de demissão por justa causa, mas deixou claro que iria me demitir de qualquer jeito. Diante disso eu não tive outra alternativa a não ser aderir ao PDV e fui desligado no último dia 23. Aliás a empresa havia feito um cronograma de que a primeira turma a ser desligada seria desligada hoje, 31, mas eu fui desligado logo que retornei de férias. Acho que fui o único empregado a ser desligado antes do prazo”, relatou. (Agência Brasil)

Zanin vota contra marco temporal e desempata julgamento

O ministro Cristiano Zanin, do Supremo Tribunal Federal (STF), votou na quinta-feira (31) contra o marco temporal para demarcação de terras indígenas. O posicionamento do ministro desempata o julgamento.

Com o entendimento, o placar está 3 votos a 2 contra a tese. Anteriormente, os ministros Edson Fachin e Alexandre de Moraes se manifestaram contra o entendimento e Nunes Marques e André Mendonça se manifestaram a favor do marco temporal.

Após o voto de Zanin, o julgamento foi suspenso para o intervalo. Faltam os votos de seis ministros.

Para Zanin, a Constituição

reconhece o direito à posse e usufruto de terras indígenas antes de sua promulgação.

“A originalidade do direito dos indígenas às terras que ocupam foi reafirmada com o advento da Constituição de 1988, o que revela a procedência desse direito sobre qualquer outro, assim como a ausência de marco temporal a partir de implantação do novo regime constitucional”, afirmou.

Indenização

Apesar de votar contra o marco, Zanin reconheceu a possibilidade de indenização a particulares que adquiriram terras de “boa-fé”. Pelo entendimento, a indenização por benfeitorias e

pela terra nua valeria para proprietários que receberam do governo títulos de terras que deveriam ser consideradas como áreas indígenas.

“Em situações complexas, o Estado pode e deve transferir às partes a possibilidade de construção de uma solução pacificadora, que preserve o interesse de todos os envolvidos e traga segurança jurídica necessária para continuidade de atividades, negócios e usufruto dos bens envolvidos no conflito”, afirmou.

A possibilidade de indenização também consta no voto proferido por Alexandre de Moraes.

No julgamento, os ministros

discutem o chamado marco temporal. Pela tese, defendida por proprietários de terras, os indígenas somente teriam direito às áreas que estavam em sua posse no dia 5 de outubro de 1988, data da promulgação da Constituição Federal, ou que estavam em disputa judicial na época. Os indígenas são contra o entendimento.

O processo que motivou a discussão trata da disputa pela posse da Terra Indígena (TI) Ibirama, em Santa Catarina. A área é habitada pelos povos Xokleng, Kaingang e Guarani, e a posse de parte da terra é questionada pela procuradoria do estado. (Agência Brasil)

Bolsonaro silencia sobre joias ao depor à Polícia Federal

Convocados a depor à Polícia Federal (PF), o ex-presidente da República, Jair Bolsonaro; a ex-primeira-dama Michelle Bolsonaro e o ex-secretário especial de Comunicação Social (Secom) da Presidência, Fabio Wajngarten, ficaram em silêncio ao serem interrogados, na quinta-feira (31).

Os três permaneceram pouco mais de uma hora na sede da PF, na área central de Brasília (DF), e deixaram o prédio sem falar com jornalistas que os aguardavam do lado de fora. A reportagem tentou contato com a defesa dos três, mas ainda não teve retorno.

Bolsonaro, Michelle, Wajngarten e outras cinco pessoas foram intimadas a depor no âmbito do inquérito que investiga as suspeitas de que, com ajuda de assessores e pessoas próximas, Bolsonaro tentou se apropriar indevidamente de joias que, supostamente, recebeu de presente de autoridades públicas sauditas. Devido ao valor de tais joias, elas legalmente deveriam passar a compor o patrimônio da União.

Bolsonaro, Michelle e Wajngarten justificaram a decisão de ficar em silêncio argumentando que a Procuradoria-Geral da República (PGR) entende que a apuração relativa às joias sauditas não deve tramitar no Supremo Tribunal Federal (STF).

“Reiteramos que continuamos, como sempre, à disposição para prestar todo e qualquer esclarecimento desde que no foro competente. No caso, a douta Procuradoria Geral da República, que já manifestou que o STF não é a esfera jurídica própria”, escreveu Wajngarten, no Twitter, logo após deixar a PF. “Não há silêncio nesse momento. Agora, busca-se apenas o respeito à lei”.

Também foram convocados a depor, hoje, o ex-adjunto de ordens de Bolsonaro, tenente-coronel Mauro Cid; o pai de Mauro Cid, o general César

Lourena Cid; o advogado da família Bolsonaro, Frederick Wassef, e os ex-assessores da Presidência, Marcelo Câmara e Osmar Crivellati.

Wassef foi o único dos oito depoentes a prestar depoimento por videoconferência, a partir de São Paulo.

Como a investigação tramita em segredo de Justiça, a PF não forneceu detalhes sobre os depoimentos. Segundo a reportagem apurou, Wassef, Mauro Cid e seu pai continuavam sendo interrogados quando Bolsonaro, Michelle e Wajngarten deixaram a PF, em Brasília, no fim da manhã da quinta-feira. (Agência Brasil)

G. Dias diz que Plano Escudo estava acionado, mas não foi cumprido

O protocolo de ações para a defesa do Palácio do Planalto, o chamado Plano Escudo, estava ativo no dia 6 de janeiro, mas não foi colocado em execução no dia 8 de janeiro, segundo o ex-ministro do Gabinete de Segurança Institucional (GSI) general Gonçalves Dias.

“Reafirmo: o Plano Escudo do Planalto estava ativado e operante por determinação minha. Deixei o Palácio por volta de 18h [do dia 6 de janeiro]”, afirmou à CPMI dos Atos Golpistas, na quinta-feira (31).

O Plano Escudo envolve diferentes órgãos de segurança, civis e militares, do Distrito Federal e da União. Segundo G. Dias, como o plano estava ativo, ele poderia

ser colocado em operação em caso de ameaças ao prédio.

Ao chegar ao Palácio do Planalto no dia 8 de janeiro para verificar a situação, o general Gonçalves Dias disse que não viu os bloqueios do Plano Escudo montados e encontrou o general Carlos Penteado, o ex-secretário-executivo do GSI.

“Perguntei a ele por que o bloqueio na frente do Palácio, que deveria ter sido feito pela Polícia Militar do Distrito Federal, não havia sido montado. Aquele era o bloqueio do Plano Escudo do Planalto e tinha que estar montado”, destacou. Dias completou que, sem respondê-lo, o general Penteado saiu para montar o bloqueio.

A relatora da CPMI, senadora Eliziane Gama (PSD-MA), apresentou, em seguida, fotos da Praça dos Três Poderes momentos antes da invasão, mostrando que não havia qualquer bloqueio em frente ao Palácio do Planalto, conforme previa o Plano Escudo.

As fotos das câmeras de segurança do prédio mostraram que não havia policiais militares em frente ao Palácio nem às 13h, nem às 14h, nem às 15h do dia da invasão. As primeiras grades foram derrubadas no Congresso Nacional logo após às 15h.

Eliziane perguntou a G. Dias se o efetivo do Batalhão da Guarda Presidencial presente no Palácio do Planalto poderia impe-

dir a invasão do prédio sem os bloqueios anteriores que deveriam ter sido feitos pela Polícia Militar. “Mesmo que se colocasse o efetivo máximo de um batalhão, previsto no Plano Escudo do Planalto, com 5 mil manifestantes e a horda sendo despejada lá, só se a senhora utilizasse munição real que conteria isso daí”, respondeu.

G. Dias disse ainda que somente depois que chegou ao Palácio do Planalto foi que pediu reforços ao general Dutra, na ocasião o Comandante Militar do Planalto. “O general Dutra conseguiu enviar mais duas companhias. A primeira chegou às 16h40 e a segunda chegou às 17h15, respectivamente”, afirmou. (Agência Brasil)